



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**RAIMUNDA CARVALHO LEMOS RODRIGUES**

**O DIREITO HUMANO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: BREVE  
REFLEXÃO CONTEMPORÂNEA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2025**

**Raimunda Carvalho Lemos Rodrigues**

**O Direito humano da Alimentação Adequada: breve  
reflexão contemporânea**

Memorial e Dissertação apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSS-UFT), como requisito parcial para obtenção título de Mestre em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josenice Ferreira dos Santos Araújo.

Miracema do Tocantins, TO

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

R696d    Rodrigues, Raimunda Carvalho Lemos..  
          O Direito humano da Alimentação Adequada:: breve reflexão contemporânea. / Raimunda Carvalho Lemos. Rodrigues. – Miracema, TO, 2025.  
          85 f.

          Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2025.  
          Orientador: <sup>a</sup> Josenice Ferreira dos Santos Araújo

          1. Direito Humano a Alimentação. 2. Políticas de Segurança Alimentar. 3. Miracema do Tocantins. 4. .. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

RAIMUNDA CARVALHO LEMOS RODRIGUES

O DIREITO HUMANO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: BREVE REFLEXÃO  
CONTEMPORÂNEA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós -Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSS-UFT), Campus de Miracema do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora

Data da Aprovação 25/08/2025

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josenice Ferreira dos Santos Araújo, Orientadora, UFT.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Cariaga, Examinadora, UFT.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Maria Batista Machado, Examinadora, UFPB.

Dedico a princípio esta Dissertação a Deus e a meu único e suficiente salvador Cristo Jesus. A meu esposo e amigo benevolente Antônio. A minha mãe Cleonice e ao meu pai Eugênio que ao longo da minha jornada se fazem presente desde meus primeiros passos. Dedico a meus irmão e sobrinhos.

## AGRADECIMENTOS

Nas linhas as quais teço no momento presente irei discorrer os mais sinceros agradecimentos a todos os momentos inesquecíveis os quais vivenciei no mestrado, assim como, ressalto as pessoas que fizeram parte dessa magnífica destreza no caminho da formação *stricto-sensu*. Agradeço à CAPES<sup>1</sup> (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal, de Nível Superior), pela concessão da bolsa de mestrado durante meu processo de formação, a qual proporcionou a realização desta pesquisa. Ao meu admirável esposo Antônio que em todos os momentos se faz presente com ânimo e arrimo. Ademais, aos meus pais e especialmente a minha mãezinha querida, que não hesitou em nenhum momento de está ao meu lado para todos os momentos sendo minha aliada.

Agradeço ao corpo docente que compõem o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins – Campus Miracema e a secretaria da coordenação Andreia Toscano sempre receptível e atenciosa em solucionar as demandas e várias dúvidas. Em especial, a doutora Josenice Ferreira de Araújo que foi valorosa nessa magnífica formação, a qual foi estrutura sólida em conhecimento profissional e humano nesse processo de aprendizagem.

E assim, expresso a docente nesse momento os meus sinceros agradecimentos por todos os conselhos durante o processo de orientação realizado com muita sabedoria e sapiência. Como uma pessoa cristã tenho a certeza de que o Criador colocar as pessoas certas em nossa trajetória existencial, quando alicerçamos nossos propósitos a ele e guardamos a nossa fé.

Agradeço aos docentes de minha banca de qualificação e defesa, Professor Dr. Newton, do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB e a Professora Dra. Maria Helena Cariaga Silva e no presente momento, a Professora Dra. Aline Maria Batista Machado da UFPB pelo aceite e contribuição

A trajetória de qualificação docente do mestrado fez com que os ventos do destino soprassem na minha vida adulta e me permitisse deixar penetrar em minha psique conhecimentos, que considero isso para meu ser uma transmutação. Portanto, assim louvor e dou graças a Deus por todos os momentos superados. Glorificando e honrando o nome de nosso Senhor e Salvador Jesus.

---

<sup>1</sup> “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.”

## Natureza Morta

São poços de petróleo, lágrimas negras caem e descem, num céu tão profundo meus pensamentos se espalham em um mundo enorme os meus olhos se perdem. Máquinas destroem um mundo tão belo, não vejo mais belezas nas ruas. Eu me sento em meu jardim e vejo árvores e rosas, eu sinto ar baterem meu corpo fresco é bom de sentir. Belezas são coisas feitas pela natureza e nós seres humanos estamos destruindo um mundo lindo e encantador, animais morrem em um mar que era esbelto, hoje se tornou em um mar obscuro e de águas parada.

Poema autoria minha doce sobrinha: Livianne Carvalho Milhomem

## RESUMO

Esta dissertação versa o estudo acerca da análise do direito humano da alimentação adequada, a propósito foi desenvolvido o marco teórico-metodológico instituindo diálogos sobre a alimentação como um direito e nesse sentindo, foi trazido um breve relato sócio histórico das expressões das políticas de segurança alimentar no Brasil. Considera – se essencial tecer reflexões no que se refere ao Estado a permitir uma argumentação que expresse minha compreensão do objeto e de várias determinações sociais referentes ao tema proposto. Assim sendo, objetivo geral foi analisar a alimentação adequada como um direito humano articulada com foco nas políticas públicas da saúde, Assistência Social e Educação no município de Miracema do Tocantins. De modo, que os objetivos específicos fossem: Demonstrar as articulações entre a alimentação saudável e as políticas públicas; verificar o direito à alimentação saudável e seus desdobramentos sócio-históricos na sociedade capitalista e apreender a transformação entre o valor de uso e de troca da alimentação e seus rebatimentos para vida em sociedade. Esta pesquisa busca favorecer o debate no âmbito das políticas públicas e a suas transversalidades com outras áreas da seguridade social, no que tange a segurança e a educação alimentar como um direito as políticas de segurança alimentar no Brasil. Exploramos teoricamente a promessa de integração ao modo de produção capitalista ao qual este sempre foi um projeto incompleto, visto que, ele não alcançou o conjunto da sociedade da classe trabalhadora de forma igualitária, nem em termos de inserção no mundo do trabalho assalariado e nem também em políticas de proteção e bem-estar social. Diante desse exposto, buscou se contextualizar conjuntamente a historicidade da formação social da cidade Miracema do Tocantins, *lócus* da pesquisa e faz-se oportuno esclarecer, que a cidade já passou por mudanças que afetaram seu tecido social econômico e cultural. E a nova realidade que foi estabelecida, tornou eminente os problemas sociais deixados pela época áurea da capital em Miracema, o impacto desta transferência foi sentida pela população da cidade, que teve que superar grandes desafios estruturais. Nesse sentindo, discorrer sobre empreendimentos, como a Hidrelétrica do Lajeado, em funcionamento desde 2001, que, além de modificar os arredores do território, afetou a população ribeirinha, pequenos produtores e os indígenas, onde está situado o território indígena Xerente e um desses impactos foi relacionado a alimentação. Para realização da pesquisa desta dissertação, no que se



refere aos procedimentos metodológicos, foram utilizadas algumas técnicas, uma delas a técnica de levantamento bibliográfico e levantamento documental e observação. Dessa forma, a população miracemense, padece as novas transformações socioeconômicas em perdas e mudanças nos hábitos de pesca, plantações, alimentação e recursos naturais como será vista nos capítulos desta dissertação

**Palavras-chave:** Direito Humano Alimentação. Políticas de Segurança Alimentar. Miracema do Tocantins.

## ABSTRACT

This dissertation addresses the analysis of the human right to adequate food. It *developed a theoretical-methodological framework that established dialogues* on food as a right. In this context, it provides a brief socio-historical account of the expressions of food security policies in Brazil. It is essential to reflect on the State to enable an argument that expresses my understanding of the object and various social determinants related to the proposed theme. Therefore, the general objective was to analyze adequate food as a human right, focusing on public policies in health, social assistance, and education. Thus, the specific objectives were: to demonstrate the connections between healthy eating and public policies; to examine the right to healthy food and its socio-historical consequences in capitalist society; and to understand the transformation between the use and exchange values of food and their repercussions on life in society. This research seeks to foster debate within the scope of public policies and their intersectionality with other areas of social security, regarding food security and education as a right in food security policies in Brazil. We theoretically explore the promise of integration into the capitalist mode of production, which has always been an incomplete project, given that it failed to reach the working class as a whole equally, neither in terms of insertion into the world of wage labor nor in terms of social protection and welfare policies. Given this, we sought to contextualize the historic social formation of the city of Miracema, Tocantins, the locus of this research. It is worth clarifying that the city has already undergone changes that affected its social, economic, and cultural fabric. The new reality that emerged brought to the fore the social problems left behind by the capital's heyday in Miracema. The impact of this transfer was felt by the city's population, which had to overcome significant structural challenges. In this sense, we will discuss projects such as the Lajeado Hydroelectric Plant, in operation since 2001, which, in addition to modifying the surrounding area, has affected the riverside population, small producers, and Indigenous peoples, where the Xerente Indigenous Territory is located. One of these impacts was related to food. Thus, the Miracema population suffers from new socioeconomic transformations, resulting in losses and changes in fishing habits, crops, food, and natural resources, as will be discussed in the chapters of this dissertation.

**Keywords:** Human Right to Food. Food Security Policies. Miracema do Tocantins.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC	Benefício de Proteção Continuada
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada Alimentar
ESF	Equipe Saúde da Família
FAO	Food and Agriculture Organization
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FFMI	Fundo Monetário Internacional
IA	Insegurança Alimentar
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto brasileiro de estatística e geografia
ID	Independentes Industrializados
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à
Fome	Ministério Desenvolvimento social Combate a Fome
MS	Ministério da Saúde
NID	Não Industrializados
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PFZ	Programa Fome Zero.
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAS	Política Nacional Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ESF	Programa Saúde da Família
SA	Segurança alimentar
SAN	Segurança Alimentar Nacional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UBS	Unidade Básica de Saúde da comunidade

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>Caminhos metodológicos.....</b>	<b>22</b>
<b>3</b>	<b>ALIMENTAÇÃO COMO UM DIREITO: BREVE RELATO SÓCIO- HISTÓRICO DAS EXPRESSÕES DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL.....</b>	<b>27</b>
3.1.1	Fome Flagelo pelos Homens entre os Próprios Homens”. Josué de Castro.....	30
3.1.2	Assistência Social e Proteção Familiar e Alimentação Percurso de suas (inter) e (trans) versalidades. ....	37
3.1.3	Políticas de Saúde e Política Nacional de Alimentação e Nutrição Alimentação- PNAN.....	42
3.1.4	Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.....	47
<b>4</b>	<b>CULTURA DO CONSUMO E CAPITALISMO .....</b>	<b>53</b>
<b>5</b>	<b>SONHO SECULAR MIRACEMA TU ÉS HISTÓRIA.....</b>	<b>58</b>
<b>5.1</b>	<b>Análise dos Planos de Governo de Miracema em relação a Políticas direcionadas a alimentação: transição do período da capital a contemporaneidade.....</b>	<b>65</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>799</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A apresentação deste memorial fez parte de uma atividade avaliativa de pesquisa do Mestrado, como requisito para o exame de qualificação da Dissertação no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins - UFT. E nesse sentido, por indicação da banca solicitado a ser incorporado nesta introdução da dissertação. Considero a relevância ao descrever as vivências e experiências adquiridas nesta trajetória acadêmica e relacioná-las a escolha pelo meu objeto de pesquisa.

Assim sendo expostas nesse irei enaltecer as metamorfoses que eu vivenciei em minha trajetória acadêmica, para um melhor esclarecimento, “metamorfose” é uma palavra derivada do grego: meta (além), morfê (figura ou forma) e osis (mudança de estado). Seria então assim, uma MUDANÇA. Ou seja, uma evolução de pensamentos de opiniões formadas por crenças limitantes.

Diante de todos os ciclos sociais e as oportunidades que me permitiram vivenciar experiências transformadoras para meu ser, busquei elencar momentos relevantes e fundamentais para meu amadurecimento enquanto indivíduo social. Igualmente nesse processo, retrato um novo ciclo como mestranda, e nesse íterim ressaltar o aprendizado, as leituras e reflexões realizadas em sala de aula, as orientações de meus mestres, a relevância das diretrizes curriculares da Pós-graduação e a busca cotidiana de caminhos teórico-metodológicos, documentais e empíricos para desvelar o nosso objeto de pesquisa.

Decidi entrar para a vida acadêmica ano de 2007. Iniciei a graduação em Licenciatura em Geografia na então Universidade Federal do Tocantins-UFT- campos de Araguaína, e nessa rotina dos estudos, trabalhei em um salão de beleza.

Nesse íterim, quando cursava o 3º período, o destino me surpreendeu com a decisão do meu pai de retornar para a cidade de Miracema do Tocantins, cidade a qual convivi na minha primeira infância. Confesso que foi naquele ano de 2008, a pior notícia que poderia ouvir naquela fase da minha vida, pois estava no início do curso. Mesmo tendo em vista que, trabalhava durante a semana em um salão de beleza, o custo financeiro para me manter era bastante alto na cidade de Araguaína.

É importante ressaltar que, nos anos de 2007 a 2008 a assistência estudantil passava por implantação, assim é considerada assistência<sup>2</sup> estudantil a qual existe para diminuir parte dos obstáculos encontrados na universidade, por meio de políticas e programas que garantam a permanência acadêmica de estudantes de baixa renda na universidade. E assim em Araguaína residimos de quanto eu tinha oito anos de idade até o ano de 2008.

Acrescentando o ano de 2009, já residente em Miracema do Tocantins, conheci a pessoa que mais me incentiva a estudar e não desistir de buscar conhecimento, Antônio, meu amável esposo. Como uma pessoa cristã, sem dúvida essa união conjugal se tornou porto seguro para retornar à vida acadêmica.

Em relação a minha trajetória acadêmica, no ano de 2014 retornei e iniciei o curso superior em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema - UFT. No início, confesso até o quinto período do curso hesitei em desistir da minha graduação; no entanto, foi no estágio supervisionado que realmente percebi que tinha feito à escolha certa. Nesse meio-termo, tive a oportunidade de realizá-lo justamente onde possuía certas inquietações. Sendo realizado na Secretaria de Saúde do Município de Miracema e no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.

A observação foi essencial durante período de estágio ao presenciar as demandas realizadas na Secretaria de Saúde de competência da unidade, entre elas surgiam o encaminhamento para TFD<sup>3</sup>, o Tratamento Fora Domicílio que é um benefício para os usuários do Sistema Único de Saúde o qual consiste na assistência integral à saúde incluindo o acesso de pacientes residentes no espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de municípios limítrofes assistência social, como também ações na unidade Básicas de saúde.

Ressalto como experiência marcante, a elaboração do projeto de intervenção no ano de 2018 no estágio quatro, intitulado Serviço Social na Promoção da Saúde do Usuário Tabagista e foi realizado pelo Centro de Atenção Psicossocial Dona Viturina Borba, na Unidade Básica de Saúde Maria Alaidés do Amaral, a realizar uma

---

<sup>2</sup> A assistência estudantil existe para dirimir parte desses obstáculos, por meio de políticas e programas que garantam a permanência acadêmica de estudantes de baixa renda na universidade. <https://www.uft.edu.br/assistencia-estudantil> acesso em 06 de julho de 2024.

<sup>3</sup> São fornecidas passagens (terrestres ou aéreas) para o deslocamento dos pacientes vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), assim como para seus acompanhantes e doadores (se houver). Também está previsto o pagamento de ajuda de custo para alimentação e pernoite (diárias), obedecendo aos critérios no âmbito estadual. <https://www.saude.ba.gov.br/atencaoasaude/comofuncionaosus/tfd/.acessoem30/06/2024.>

reflexão da importância do uso do tabagismo associado com outras substâncias e sobre os danos causados pelo uso do tabaco.

Uma vez que ação assegurou a informação universalidade, de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais respeito à diversidade a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças. A mobilização da equipe foi essencial para conseguir as parcerias necessárias, até a execução das atividades que tiveram boa participação dos usuários.

Posteriormente, foi possível perceber que a realização de ações desenvolvidas em grupo tem um grande potencial de mobilização, aprendizagem e reflexão. E nesse sentido, na prática vivenciei que cabe ao serviço social da saúde, atender demandas da expressão da questão social<sup>4</sup> buscar garantir o direito e o acesso aos serviços de saúde, incentivar o usuário a participar dos programas de atenção básica na saúde e lutar pela efetivação da política do SUS, e prestar atendimento para desempenhar funções de caráter crítico e interventivo.

Ressaltando, também a relevância que a articulação em rede com as outras políticas se fazem imprescindível buscando a integração em ações públicas que visam o enfrentamento das expressões da questão social.

No que se refere ao assistente social, ele irá utilizar-se do conhecimento de suas atribuições e competências para com as demandas cotidianas e flutuantes no atendimento com os usuários, tendo o objetivo de contribuir na mediação da efetivação dos direitos sociais sempre pautados no código de ética profissional. Portanto, ao profissional em sua atuação conforme CFESS (2010) caberá ao mesmo estimular a intersetorialidade<sup>5</sup>, tendo em vista a realização de ações que fortaleçam a articulação entre as políticas de seguridade social, superando a fragmentação dos serviços e do atendimento às necessidades sociais.

Bem como, o reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, 1996), irá

---

<sup>4</sup> Iamamoto (2001) Em perspectiva de análise distinta a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social Sua produção /reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Iamamoto (2014); para ela, a “velha” questão social metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens.

<sup>5</sup> Intersetorial: Que se efetiva ou se desenvolve entre dois ou mais setores: que compreende mais de um ramo, domínio, subdivisão ou seção de políticas públicas, participativo e de articulação entre os níveis de governo, União Estados Distritos Federal Municípios e por instituições. <http://www.cfess.org.br/arquivos/ParametrosparaaAtuacaodeAssistentesSociaisSaude>.



demandar uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes sociais, econômicos e culturais das desigualdades.

Tive a oportunidade de vivenciar na prática, a materialização do atendimento direto aos usuários, nos diversos espaços de atuação profissional na saúde, desde a atenção básica até os serviços que se organizam a partir de ações de média e alta complexidade via regulação.

E na estrutura da rede de serviços brasileira a partir das unidades da Estratégia de Saúde da Família, dos postos e centros de saúde, policlínicas, institutos, maternidades, Centros de Apoio Psicossocial (CAPS), hospitais gerais, de emergência e especializados, incluindo os universitários, independente da instância a qual é vinculada seja federal, estadual ou municipal.

Em suma, creio ser relevante destacar, à participação como monitora bolsista do projeto de extensão da Universidade, no curso de Psicologia, projeto intitulado Roda de Conversa com Idosos coordenado pelo professor Carlos Mendes Rosa, tendo como objetivo ampliar conhecimentos, repensar o imaginário social de intolerância e exclusão em relação à população idosa e possibilitar um melhor entendimento acerca do envelhecimento e seus impactos na subjetividade do indivíduo.

O projeto proporcionou criar um espaço de fala e partilha de experiências para os idosos dentro da universidade, favorece a troca de experiências entre acadêmicos e a comunidade externa. Tivemos em 2017 a oportunidade de participar e apresentar o projeto de extensão no VII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (SIEPE) da UFT. E foi no grupo de extensão, que realizei a pesquisa da monografia com os idosos participantes do grupo; com o tema Abuso Intrafamiliar à Pessoa Idosa no município de Miracema do Tocantins.

Em dezembro de 2019, realizei a defesa do trabalho de conclusão de curso. No entanto, somente em 2021 ocorreu a colação de grau, visto que o mundo parou devido à pandemia da COVID em 2020, frente a isso, as disciplinas que faltavam para concluir a grade curricular foram realizadas no formato EaD. Também, destaco o momento que considero importante no mês de dezembro do ano de 2022, foi a seleção para o semestre 2023/1 do mestrado no curso de Serviço Social da UFT, que estava com inscrições abertas, algo que naquele momento eu não imaginava que um dia poderia se tornar realidade.

Diante disso, eu precisaria pesquisar sobre o que realmente me despertava e me trazia inquietações, que era: alimentação, pois obviamente já tinha adquirido leituras, acerca do objeto. Aliado a isso, era presente nas minhas memórias as vivências dos campos de estágio supervisionado. É imprescindível destacar que a alimentação considerada um dos pilares para tratamentos e prevenção de doenças.

Já com um prévio direcionamento, aprofundei minhas pesquisas na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, e família e proteção social, no Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, e no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN que é um sistema público intersetorial<sup>6</sup>, que reuni diversos setores do governo e da sociedade civil com um propósito de promover programas e ações que garantam o direito humano a alimentação.

Conforme Minayo (1993), toda investigação se inicia por um problema como uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimento anterior, mas que também podem demandar a criação de novas referências.

Visto que, com a realização das leituras contribuíram a apreender as questões a prática da alimentação saudável e que o direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, e nas políticas setoriais: a política de assistência, ou seja, como funcionam os mecanismos de apoio às famílias indivíduos e a comunidade que sobrevive na extrema pobreza que vivem dos mínimos sociais, na saúde no direito a acesso aos serviços que são garantidos na universalidade e integralidade, como a proteção social e Estado, a família, e a sociedade civil.

Ademais, já inserida no Programa de Pós-graduação Mestrado em Serviço Social da UFT- tive a oportunidade de apreender com as disciplinas ministradas de modo que aprendizagem fosse significativa para a atuação da/o estudante como cidadão e profissional. Em virtude, das aulas ministradas que buscam de maneira efetiva a interdisciplinaridade, problematização e contextualização dos conteúdos. Com aulas expositivas e dialogadas, buscando a interligação teoria/prática. A partir da problematização teórica aliada às discussões de assuntos de relevância para a

---

<sup>6</sup> O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) foi instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada. Tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País. Trata-se de um sistema público, de gestão intersetorial e participativa, que possibilita a articulação entre os três níveis de governo, assim como com a sociedade civil organizada, para a implementação e a execução das políticas de segurança alimentar e nutricional. <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/sisan>.

prática profissional do Serviço Social; a exposição e discussão a partir de conceitos e teorias relacionadas às demais disciplinas do curso.

Acredita ser que o desenvolvimento da pesquisa irá contribuir, no aprofundamento de como as políticas de promoção à alimentação adequada passaram a ter destaque em âmbito governamental, concretizada mediante o Programa Fome Zero no ano de 2006, com a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), lei nº11. 346/2006 na busca por amplificar o debate sobre o conceito de direito humano à alimentação adequada. E como profissional, acredito que irá me proporcionar reconhecer, as demandas que serão postas através da realidade social na elaboração e avaliação das políticas sociais na busca da garantia à socialização é a mediação quanto aos direitos sociais, que permitem o acesso a bens e serviço de políticas públicas, privadas, não governamentais e programas sociais.

Portanto, após a escrita do memorial o qual trata-se de uma abordagem de toda a nossa trajetória acadêmica, a construção deste permitiu um mergulhar em um passado que por sua vez teve momentos de muitas felicidades, tristezas, incertezas. Um passado que consigo foi vencido, mas nunca esquecido é nunca imaginado que ele estaria entrelaçado com minha trajetória acadêmica é que daria sentido ao presente e para o futuro um abrir de portas para novas oportunidades.

Assim sendo, após exposto acima no presente estudo dissertativo buscou-se analisar o direito humano da alimentação adequada: breve reflexão contemporânea. Sua elaboração apresenta-se como requisito avaliativo do Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado em Serviço Social, da – UFT, a linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Sociais. O alinhamento teórico da linha de pesquisa ocorreu a partir das reflexões desenvolvidas pelo Serviço Social acerca da política social, como também, pela inquietação sobre a temática em realizar reflexões sobre a importância da alimentação como direito<sup>7</sup> fundamental, o que visa à compreensão da articulação com as políticas sociais.

Em primeiro momento, a inquietação para desenvolver a pesquisa despertou-nos a observação dos problemas no cotidiano das pessoas miracemenses atrelado

---

<sup>7</sup> Os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. Os direitos humanos regem o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles. <https://www.unicef.org/brazil>.

as políticas públicas direcionadas ao direito a alimentação, e sua transversalidade na Política de Saúde e na Política de Assistência Social por meio da observação sistemática e das visitas domiciliares, como juntamente com a experiência ao estágio supervisionado na graduação.

Nesse contexto, destaca-se a relevante proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS que aponta para a formação de um perfil profissional com: [... “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira” ...] (ABEPSS, 2014, p. 02–03)

Considera-se, portanto, nesse processo que as diretrizes curriculares da formação profissional e o estágio supervisionado se fazem pertinentes, pois materializam e concretizam a instrumentalidade por meio da prática e das leituras da realidade no fazer profissional das instituições.

Importa destacar nesse aspecto que, ainda conforme a ABEPSS, para o profissional além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão é importante o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais. Ademais Guerra (2009), reforça que a necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento.

Portanto, na pesquisa, de acordo com a autora citada, para intervir e preciso conhecer, e isso é essencial para o pesquisador, o qual irá buscar desvelar, as particularidades da questão social, na intervenção profissional na análise da realidade.

A propósito crer se importante destacar os elementos que contribuíram para a delimitação do tema como sendo eles: as leituras e debates em sala de aula a elaboração do artigo intitulado a: Política de Alimentação: breves considerações que subsidiou o discurso sobre alimentação como um direito fundamental e universal do ser humano, uma vez que o acesso permanente aos alimentos é uma condição fundamental para vida de todos os indivíduos e também um direito humano que perpassa várias políticas sociais.

Outra questão relevante consiste na ação da extensão juntamente com Defensoria itinerante na cidade de Tocantínia -TO, na qual o evento teve como tema “Políticas Públicas: um dever do Estado e direito de todo cidadão”, na qual apresentei aos usuários acerca dos benefícios eventuais da Política de Assistência Social.

Já que os benefícios são direcionados as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social e que se enquadrem nas situações de benefício eventual, tais como: nascimento; morte; calamidade pública e vulnerabilidade temporária (enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família e outras situações sociais que comprometam a sobrevivência e acesso à alimentação. Em suma, benefícios eventuais estão normatizados pela Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS); resolução CNAS n.º 33, de 12 de dezembro de 2012 (NOB. SUAS); decreto n.º 6.307, de 14 de dezembro de 2007.

Esta pesquisa objetiva ainda contribuir para abertura desta discussão no âmbito das políticas públicas e a suas transversalidades com outras áreas da seguridade social, no que tange a segurança e a educação alimentar e sobre a alimentação como um Direito e suas expressões nas políticas de segurança alimentar no Brasil.

Conforme, Valente (2014), refere-se que a antropologia da alimentação ainda não é plenamente reconhecida no âmbito universitário, pois a interlocução interdisciplinar se centra (na maioria das vezes) nos cursos de nutrição, história e de gastronomia e continua a ser objeto de interesse dos economistas.

Desse modo, o estudo busca contribuir com o debate na área do serviço social, das políticas públicas, particularmente da intersecção da insegurança alimentar com no cenário acadêmico, faz se necessária à pesquisa como também eficácia das intervenções, evidenciando a necessidade urgente de uma abordagem pensada de maneira que seja mais integrada.

Assim, de acordo (IAMAMOTO, 1998, p. 55, apud GUERRA, 2009, p.7), no que se refere à pesquisa, na qual se faz necessário o “mergulho na realidade social” é, portanto, um processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental.

Convém ponderar que, a insegurança alimentar é uma realidade que, apesar de antiga, tem suas particularidades no sistema capitalista, cabendo intervenção das políticas de proteção social. Sendo necessária uma abordagem integral, que não apenas combata a insegurança alimentar de maneira isolada, mas que, sobretudo, promova o bem-estar e a qualidade de vida de todas as camadas da população, principalmente, os mais vulneráveis, que na grande maioria são as principais vítimas da ineficiência de políticas públicas.

Considera-se que a alimentação, em específico, a comida muda sua relação nas sociedades feudais para o capitalismo, uma vez que antes ela era produzida apenas para o consumo e valor de uso e atualmente com o capitalismo, essa configuração e relação social dar-se por meio do valor de troca, a qual se considera o modo de produção e a sua finalidade ligada aos aspectos econômicos.

Acredita-se que seja necessário explorar as ações e ferramentas para avançar e superar as violações dos direitos humanos, aos quais estão sendo resguardados nas esferas das políticas públicas. É preciso insistir, como isso pode vir contribuir para apoiar as lutas dos movimentos sociais. De acordo a Organização pelo Direito Humano Alimentação Adequada e a Nutrição Adequada - FIAN Brasil implica conhecer as políticas sociais na área do direito à alimentação.

Acrescenta-se, na atual configuração no contexto da sociedade capitalista, visto que uma expressiva parcela da população que não têm acesso à alimentação, devido pouco acesso a recursos; renda e condições de trabalho insuficientes; volatilidade dos preços de alimentos; desigualdades sociais; redução da biodiversidade, mudanças climáticas e contaminação de solos, água e alimentos.

No entanto, a criação de políticas nessas áreas é confrontada com desafios crescentes, à medida que a hegemonia política e econômica massiva do sistema alimentar global agroindustrial gera consequências muito negativas para uma grande proporção da população mundial. (VALENTE, 2014, p.155).

Segue se o mesmo pensamento, de acordo com Valente (2014), alentar a criação de políticas nessas áreas é confrontar desafios crescentes, à medida que, a hegemonia política e econômica massiva do sistema alimentar global agroindustrial gera consequências muito negativas, para uma grande proporção da população.

Diante desse crescimento, cabe a elaboração de políticas de proteção a esta população no âmbito da alimentação como uma necessidade humana, visto que, múltiplos fatores contribuem para que tal realidade seja vivenciada com baixa qualidade de vida tanto no acesso quanto na escolha da alimentação.

Por outro lado, com a evolução da ciência no âmbito das pesquisas ligadas a saúde, houve um aumento expressivo na expectativa de vida da população, por serem também um dos determinantes das formas e práticas saudáveis de alimentação. No entanto, não foram somente avanços nas ciências da saúde que esticaram as expectativas de vida.

Acrescenta-se que, a inovação tecnológica ligada à urbanização que levou ao barateamento da infraestrutura dos custos de sistemas de fornecimento de água, esgotamento sanitário etc.; Mudanças nos sistemas de distribuição de alimentos, supermercados, por exemplo, melhoraram as possibilidades de acesso mesmo diante das restrições ditadas pela renda insuficiente.

Entretanto, nas formas de alimentação da população, objetivo geral desde estudo é analisar a alimentação adequada como um direito humano articulada com as foco nas políticas públicas de Saúde Assistência social e Educação, no Município de Miracema do Tocantins que concorrem para melhorar as condições gerais da sociedade, quanto ao acesso a uma alimentação adequada nos moldes preconizados pela definição de segurança alimentar e nutricional.

## 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para realização da pesquisa desta dissertação, no que se refere aos procedimentos metodológicos, foram utilizadas algumas técnicas, uma delas a técnica de levantamento bibliográfico e levantamento documental e observação, em que foram selecionados artigos; dissertações; livros; que se debruçam acerca da temática estudada. Segundo Gil (2007) e Severino (2009), este tipo de pesquisa é desenvolvida com base em materiais já elaborados como livros, artigos entre outros.

Conforme Lakatos e Marconi (2003, p.186), “o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações”. Sobre o objeto em questão, o intuito seria buscar compreender a relação da alimentação adequada e sua relação com o capitalismo. Utilizou-se esse instrumento para a fundamentação teórica, a qual propiciou o embasamento na abordagem conceitual e a busca por uma formulação da questão de pesquisa para que ela estivesse de uma forma mais clara e fundamental.

Portanto, para realizar análise da realidade social foi importante ressaltar, o referencial teórico, e a pesquisa exploratória como investigação, e método de coleta e análise. Em razão disso, segundo Gil (1991, p.45) refere-se que “a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito a construir hipóteses”. Diante disso, para alcançarmos o objetivo na pesquisa, sendo preciso a utilização de dados qualitativos para melhor compreender e explorar o problema apresentado, como também dados quantitativos para medir/ e ou quantificar indicadores sociais relacionados à alimentação saudável.

Dessa forma, conforme citado acima essas pesquisas têm como principal objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, novas ideias. Compreende que as pesquisas exploratórias são extremamente flexíveis, de modo que quaisquer aspectos relativos ao fato estudado têm importância. Sendo assim, para o pesquisador grande parte das pesquisas do tipo envolve levantamento bibliográfico, documental e entrevistas ou questionários com pessoas que tiveram alguma experiência com o problema.

A presente pesquisa fundamentou se a partir do método dialético, que segundo (ENGELS, 1979 apud MARCONI e LAKATOS, 2007 p. 101), “é a grande ideia fundamental segundo a qual o mundo não deve ser considerado um complexo de



coisas acabadas”. Assim, compreende-se que a sociedade está em constante transformação onde não há nada em definitivo, podendo ser mudada conforme as causalidades postas.

Partindo de uma teoria crítica da realidade, que buscava desvelar o imediatismo e romper com a aparência na busca pela essência (KOSIK,2002), e tendo a sociedade como objeto de estudo, buscaremos compreender esta sociedade em sua totalidade, partindo do senso comum para o conhecimento científico, evitando assim a superficialidade dos fatos. Uma vez que, para (MINAYO, 2001, p.16), a “metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”.

É importante ressaltar que, este trabalho orientou-se no método materialismo histórico-dialético, permitindo-nos desvelar e realizar a investigação no intuito de analisar as categorias que referendam o nosso objeto em questão e que é a realidade é concreta, tudo está em conexão com tudo, e que a dialética é fundamental.

O materialismo histórico-dialético apresenta três categorias centrais: a totalidade, contradição e a mediação. Assim, Marx, ao articular as três categorias de análise descobriu uma nova perspectiva metodológica, a qual propiciar o pesquisador base necessária da teoria social. (PAULO NETTO, 2011, p.58). E nesse sentido, o método não possui etapas, mas sim, existem momentos que se aproximam e acontecem simultaneamente dentro do movimento dinâmico da historicidade dialética.

O método desenvolvido por Marx implica uma determinada (perspectiva) posição do pesquisador: aquela em que se põe o pesquisador na sua relação com o objeto, ou seja, pensar e extrair dele as suas múltiplas determinações. (PAULO NETTO, 2011, p.53). Assim, é essencial a compreensão das estruturas da sociedade e as relações sociais no modo de produção capitalista e a sua organização no modo de vida dos trabalhadores.

Ainda assim, é essencial reconhecer de acordo com (SORIANO, 2004, p.61) no que se refere à pesquisa de acordo a teoria marxista implica análise histórica do fenômeno estudado, de modo que o marco teórico ficaria inserido na sustentação. Desta forma, o pesquisador extrapolar as aparências e buscar na investigação desvelar a essência do objeto.

Para o marco teórico realizarmos uma busca nas bases *Scielo*, *Google Acadêmico* visando identificar autores (livros e artigos científicos) que expressam a temática e a formação ao determinado resultado: alimentação segura e direito humano

à alimentação e a Política de saúde que são organizadas em subpolíticas no sistema Único de saúde -SUS é a intersectorialidade juntamente com a Política de Assistência social.

Os autores que fundamentaram a parte teórica do trabalho com base a alimentação e saúde foram Gomes Júnior (2007) que analisa o conceito de segurança alimentar nutricional (SAN) como um princípio das políticas públicas com base nas necessidades humanas básicas; Peliano (2010) tratar-se sobre o desenvolvimento e o declínio das políticas públicas com relação ao combate à fome e a pobreza no país; Mendes (2015) revisa o conceito político com base em estudos a propensão da saúde pública universal com relação à crise estrutural do capitalismo. Fernandes (2023) investiga a relação entre alimentação e políticas públicas no Brasil com base em aspectos históricos.

Nessa mesma linha, seguindo Valente (2014) expõe os estudos sobre a evolução do conceito “Direito a alimentação” no qual hoje é denominado como direito humano a alimentação e à nutrição adequada. Carnut e Guerra (2023) analisam a alimentação a partir da crítica marxista, utilizam-se do método marxiano materialista histórico-dialético para recorrer a processos históricos e sociais como investigação e exposição dos fatos, e por meio da lógica dialética busca produzir a análise e a interpretação da realidade cotidiana dos trabalhadores. Woortamann, (1078) apud Oliveira (2020) estuda sobre o termo de cultura alimentar, e como influência na vida da população.

E nesse contexto, como fonte de embasamento solido destacamos os autores que fundamentaram a parte teórica do trabalho com base ao Serviço social foram Brandão (2010) refere-se ao desenvolvimento primitivo do capitalismo no Brasil contemporâneo; Bravo (2009) questão a saúde como reivindicação do movimento operário. Castilho (2017) Behring e Boschetti (2011) que tematiza sobre a Política social no contexto voltado para Serviço social; Paulo Netto (2001), Marx (1967) e Iamamoto (2008) sobre o capitalismo trazendo como ênfase questão social no âmbito da acumulação capitalista; e a formação sócio histórica do Brasil e da América Latina e sua incidência no Serviço Social, como também, os fundamentos éticos do Serviço Social e seus aspectos sócio-históricos.

Além disso, como embasamento teórico, abordamos a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); a Lei 11.346 Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN); o PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar (2013)

popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sendo o Programa do governo federal que fornece alimentação nutritiva para a educação básica pública.

Na busca por um embasamento sólido também exploramos o site do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e extraímos os cadernos que ambos são intitulados: Textos para Discussão do IPEA. Sendo estes, com publicações seriadas que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Instituto. Destaca-se grande relevância realizada na abordagem da 17ª Conferência Nacional de saúde - CNS que ocorreu no ano de 2023.

Nesse processo aponta-se também a Lei n. 8080/1990 do Sistema Único de Saúde - SUS; assim também a Política Nacional Assistência Social PNAS (2004) a qual tem a implementação da Política Nacional de Assistência Social, determinado avanço significativo à efetivação do sistema descentralizado e participativo a Política de Assistência Social sendo definitivamente inserida no campo das políticas públicas brasileiras. Considerando também a Constituição de 1988 que reflete um pacto social fundado na democratização da sociedade na garantia de direitos.

Assim sendo, estes foram os autores documentos selecionados que estudam a temática, aos quais foram fundamentais para a construção da pesquisa. A estrutura está assentada em bases sólidas de fundamentação teórica, que foram ministradas em sala de aula, juntamente com os debates, que possibilitaram à construção e a elaboração do objeto de estudo.

Assim, tendo como objetivo geral analisar a alimentação adequada como um direito humano articulada com as variadas políticas públicas de Saúde Assistência Social e Educação no município de Miracema do Tocantins. Já os objetivos específicos são: Demonstrar as articulações entre a alimentação saudável e as políticas públicas; verificar o direito à alimentação saudável e seus desdobramentos sócio-históricos na sociedade capitalista e apreender a transformação entre o valor de uso e de troca da alimentação e seus rebatimentos para vida em sociedade.

A dissertação está estruturada, para dar substância ao estudo proposto, em três capítulos, além dessa introdução e da conclusão. No capítulo 3 desenvolveu-se o marco teórico estabelecendo diálogos da alimentação como um direito e nesse sentido, um breve relato sócio-histórico das expressões das políticas de segurança alimentar no Brasil; sendo essencial, tecer ponderações ao Estado com os autores e

autoras selecionadas de sorte a permitir uma argumentação robusta que expresse minha compreensão do problema e meu alinhamento intelectual.

Trataremos o discurso do Direito a Alimentação no Brasil e como o crescimento capitalista mundial por meio da industrialização transformou a formação social desde e o seu cultivo, fazendo se perder a noção de uma alimentação saudável com alimentos orgânicos, destacamos nesse estudo o valor de uso em detrimento ao valor de troca. No capítulo 4, realizamos abordagem acerca da cultura do consumo e o capitalismo, os desdobramentos dessas categorias na sociedade. Contextualizamos o desenvolvimento do termo cultura no sentido antropológico e assim, consideramos essencial para discussão da cultura do consumo.

Assim sendo, o embasamento teórico do discurso alimento a partir da compreensão da leitura em Marx, (1988) que este sendo transformado em comida adquiriu uma dualidade, caso sendo para consumo próprio este não se tornará mercadoria.

No capítulo 5, realizamos a historicidade do município de Miracema do Tocantins. Sendo assim, necessário compreender, todo o processo de formação da cidade, em um recorte de data da década de 1980 a contemporaneidade. Verificamos em visita o funcionamento das duas feiras que a cidade dispõe no que se refere a comercialização dos alimentos produtos, tornando essencial para que conseguíssemos articular ao objeto pesquisado. Nesse contexto, verificamos e contextualizamos as propostas de governo, no município de Miracema do Tocantins, com intuito principal filtrar as informações detalhadas sobre os candidatos eleitos a gestão, no que refere se a ações voltadas para os conjuntos de políticas da saúde e as demais que compõem a seguridade social.

### **3 ALIMENTAÇÃO COMO UM DIREITO: BREVE RELATO SÓCIO-HISTÓRICO DAS EXPRESSÕES DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL**

A rigor, nesse capítulo discutimos o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), o qual foi incluído nas garantias fundamentais da Constituição Federal<sup>8</sup> no artigo 6º (direitos sociais), após, mais de uma década de tensões políticas entre Estado / Sociedade. Assim, nessa perspectiva, sendo necessário entender que esse direito não é um processo inerte, mas, um fenômeno histórico dinâmico alimentado por lutas sociais. Além disso, converteu-se em um dever do Estado e em uma responsabilidade incontroversa.

De acordo (WOORTAMANN,1978 apud OLIVEIRA p.4,2020), a alimentação é um tema antropológico por excelência: universal e particular ao mesmo tempo é a prática experimentada cotidiana e ritualmente por todas os homens independentemente das suas diferenças morfológicas ou etárias, ou seja, todos(as)precisam se alimentar. Sendo assim, conforme citado estes correspondem as tradições culturais dos povos, antes de tudo, sendo um ato social e tal prática alicerçada em significados que agregam pessoas no cotidiano.

Assim, sobretudo para abordagem analítica do tema a ser estudado é relevante realizar algumas ponderações acerca do Estado que de acordo Mandel (1982,) a origem do “Estado coincide com a origem da propriedade privada e associa-se em certa medida à segurança, a separação das esferas privadas e públicas da sociedade inerente à produção simples de mercadorias” (p.344-335). O Estado é uma parte da sociedade, no entanto ele faz parte desta. Sendo a sociedade civil constituída por grupos e por classes sociais e o Estado tornando a sua estrutura política e que realizar a organização.

Araújo (2020) evidencia que, o “Estado Burguês” cria instrumentos que garante a produção circulação e distribuição das mercadorias e revela a dominação de classes alinhadas ao uso dos aparelhos estatais e da burocracia, no intuito de manter relações desiguais e complementares do capital para países do centro e da periferia capitalista (p.20).

No período feudal, o alimento era compartilhado, a troca era residual, a comida não se revestia da forma mercadoria; como se pode notar, de acordo em o Capital I

---

<sup>8</sup> Emenda constitucional nº64 altera o art.6º da constituição federal, para introduzir a alimentação como direito social.

em face dos modos de produção Marx. Todo esse resgate é necessário para compreensão haja vista, que alimentação é um fato social e intrínseca a ordem econômica, cultural, e socio -histórica e política.

A pequena economia camponesa e a produção das oficinas independentes, que, em parte, são à base do modo de produção feudal e, em parte, aparecem ao lado do modo de produção capitalista depois da dissolução do feudalismo, constituem, ao mesmo tempo, a base econômica da comunidade clássica em sua melhor época, depois de ter-se dissolvido a primitiva propriedade comum oriental e antes de a escravatura ter-se apoderado seriamente da produção. (MARX, 1988, p. 1272/1493).

Dentro do contexto, descrito é essencial reconhecer a importância no que se refere à Inglaterra onde se originou o berço da revolução industrial clássica é imprescindível. Assim, sobre esse fato Polanyi, 2021 *apud* Mota et al.,2022. em seu estudo sustenta que a emergência da pobreza moderna no século XVI relaciona-se diretamente com o fim do feudalismo ao transformar a população destituída de terra e meios de sobrevivência “numa classe de trabalhadores livres, que resultou da combinação de uma feroz perseguição à vagabundagem e de um fomento à indústria interna, que recebeu impulso com a expansão contínua do comércio exterior” (POLANYI, 2021, p. 172).

Vale lembrar que, a partir do século XVIII após a urbanização surge a mercantilização, a industrialização e o desenvolvimento da sociedade capitalista. Assim, faz-se necessário ao tema, uma perspectiva de equidade a partir das singularidades dos sujeitos e de seus processos de construção e significação dos conceitos de Alimentação Adequada e saudável (AAS), que durante o processo político institucional e participativo de formulação de políticas públicas, evidenciou suas contradições e seus avanços.

Assim, em conformidade com Behring e Boschetti, (2011, p.47.), ‘não se pode indicar com precisão um período específico do surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, [...]’. Nesse sentido, o surgimento entrelaçado com o processo social gestou se na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, ou seja, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal.

Mediante o exposto, a promessa de integração ao modo de produção capitalista foi sempre um projeto incompleto, visto que ele não alcançou o conjunto da sociedade

da classe trabalhadora, nem em termos de inserção no mundo do trabalho assalariado e nem também em políticas de proteção e bem-estar social.

É sabido que, nas sociedades pré-capitalistas, ou seja, no feudalismo as forças de mercado não possuíam privilégios e as classes sociais se relacionavam antagonicamente com interesses distintos, burgueses e proletários. Visto que algumas responsabilidades sociais tinham o objetivo de manter a ordem e o caráter de punição, e não pensavam no bem comum e na garantia de direitos.

Algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais, ou seja, aquilo que parece mais não é, sendo algo embrionário ao lado da caridade e de ações filantrópicas. De acordo Behring e Boschetti (2011) são exemplos de protoformas legislações seminais – são as leis inglesas que se desenvolveram no período que antecedeu a Revolução Industrial. (pré-capitalismo).

- ✓ Estatuto dos trabalhadores de 1939
- ✓ Leis dos pobres elisabetanas que se sucederam entre 1531e 1601.
- ✓ *Speenhanland*, Act de 1775.
- ✓ Estatuto dos Artificis, de 1563.
- ✓ Lei do domicílio, (Settlement Act), de 1662

Por isso, se faz importante refletir e abordar a desigualdade e a fome como fenômenos inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, embora se entenda que as singularidades da atual conjuntura brasileira, de acordo com Mota e Lara (2022, p.437) “apontam principalmente identificando suas determinações históricas no âmbito da relação dialética e contraditória entre o crescimento da riqueza e a pauperização, processos que a crise capitalista, no seu interior, a crise sanitária tornaram mais agudos, derruindo conquistas civilizatórias”.

Para uma melhor reflexão, sobre a temática é relevante à abordagem acerca da fome, insegurança alimentar e das políticas sociais e suas configurações na sociedade capitalista.

### 3.1.1 Fome Flagelo pelos Homens entre os Próprios Homens”. Josué de Castro

É importante frisar, que um dos percursores do estudo sobre fome no Brasil na primeira metade do século XX foi o médico cientista Josué de Castro Pernambucano nasceu em 1908, falar sobre esse tema era tabu, e cercado de preconceito, nesse sentido era entrar em conflito a ideia de que era natural que uns tivesse o que comer outros não.

A fome, como sendo uma das expressões da questão social nesse período, não era tratada em suas causas, mas em suas consequências na forma de doações, reconhecimento de esmolas, ajudas pontuais. De acordo livro publicado em 2019, pela Santa Casa de Curitiba Núcleo de Mídia e Conhecimento (Org.) intitulado “Santa Casa de Curitiba: presente para o futuro”.

A historicidade das Santas Casas de Misericórdia de Lisboa, “Dar de comer aos famintos” foi uma das 14 obras de Misericórdia do compromisso de Misericórdia. Nesse sentido, norteavam as santas Casas desde a época do período colonial. Compreende-se o Compromisso originário da Misericórdia de Lisboa, o qual foi aprovado pelo Rei D. Manuel I e confirmado pelo Papa Alexandre VI. Este documento ter-se-á perdido no terremoto de 1755, mas dele foram tiradas diversas cópias e fez-se uma edição impressa, em 1516, que permitiu a divulgação mais rápida do texto, facilitando a criação de outras misericórdias por todo o Reino e nos territórios.

A ação da Misericórdia durante décadas destinou e movimentou subsídios diversificados. Assim durante 1957 e 1963, introduziu-se na Misericórdia de Lisboa novas concepções de gestão e um maior diligências na solução dos problemas. Nesse sentido traduzindo-se no desenvolvimento de acordos de cooperação com muitas instituições de apoio assistencial e surgimentos de novos serviços como os de Medicina no Trabalho, um efetivo centro piloto onde estagiaram médicos e enfermeiros.

Diante disso, no Brasil, as santas Casas de Misericórdia seguiam o modelo português. A existência dos pobres era uma forma para possibilitar aos abandonados o exercício da misericórdia, de modo que a pobreza não costumava ser questionada em suas causas. Assim, tratava, ou minimizava seus efeitos de forma precária.

Todavia, é importante ressaltar o caráter pioneiro e a coragem do médico Josué de Castro em seus vinte anos, em 1932, publicou a obra chamada “As condições de



vida das classes operárias do Recife”, em que discutia as causas políticas, históricas e sociológicas da fome.

Portanto, Castro foi um grande pioneiro na discussão e na implantação das primeiras ações de orientação alimentar e nutricional, não com essa nomenclatura. No ano de 1940, durante a era Vargas Castro, idealizou com outros pesquisadores o serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS ligado ao Ministério do Trabalho. Outra questão relevante consiste que, o Serviço de Alimentação da Previdência Social-SAPS foi instituição pioneira, com restaurantes, e armazéns populares, serviço de orientação alimentar e nutricional que desenvolveu programas de assistência alimentar.

“Em 1946, quando lançou o livro Geografia da Fome, o qual enfatizou o desejo da garantia da alimentação adequada para trabalhadores formais, Castro evidenciava que:” A fome era um flagelo fabricado pelos homens entre os próprios homens. Assim, a geografia da fome pesquisou a realidade de cada uma das regiões brasileiras. Além de retratar a situação e as raízes da fome no País, o ativista desnaturalizou a pobreza e explicou os fatores geográficos, biológicos, culturais e políticos que levam à fome. Em uma das frases emblemáticas, Josué aponta que “Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome”.

Em verdade, insegurança alimentar não é quando não se tem o acesso de alimentos adequados ou por falta de disponibilidade, ou falta de acesso em condições de extrema pobreza, podem ocorrer também devido às condições econômicas do lugar como a extrema concentração da renda em uma sociedade totalmente mercantilizada. Inclusive, as condições sociais e a luta de classes. Ora quer, sendo o privado de dinheiro, não possui meio de acesso à comida. Nesse sentido, o crescimento e ampliação da estrutura de poder como também a exploração do trabalho.

E diante desse descompasso, que o alimento se tornar mercadoria mais lucrativa do mundo. O capitalismo para se expandir, sendo um modo de reprodução ampliada sempre combinou violência extraeconômica, necessitando de uma fronteira direta seja de colonização ou devastar e incorporar, com a violência econômica, indireta, da mercadificação de tudo; isto é sua inevitável tendência de transformar tudo em mercadoria levando à mercantilização às últimas consequências.

De acordo com Brandão (2010) na obra marxista este debate parte das análises de Marx, sobretudo as do Livro I de “O Capital”, em sua parte sétima, em que ele

demonstra que “o segredo da acumulação primitiva do capital é a expropriação”. Possuindo uma marca de historicidade concreta, em seus textos; para ele não existe algo como uma acumulação em “estado puro”, afirmando que “é sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência (...). Na realidade, os métodos de acumulação primitiva nada têm de idílios” (MARX, 1967, p. 829).

Assim entende-se, que a expansão da riqueza e o crescimento da miséria se tornem faces inseparáveis da extração de mais-valia que impulsiona a acumulação de capital. Portanto, A fome é a expressão máxima da desigualdade social inerente ao modo de produção capitalista.

É nesse sentido que, nas últimas décadas, o Brasil passou por diversas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, as quais evidenciaram transformações no modo de vida da população. Visto que as desigualdades sociais, em meio toda a transição demográfica, epidemiológica e nutricional, apresentam-se como consequência na vida da população, dessa maneira, irá refletir no padrão de saúde e consumo alimentar da população brasileira.

É importante ressaltar que, em 1950, é criada a campanha merenda escolar também defendida por Josué de Castro, e que, em muitos anos, em 1979, se transformaria no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Sendo em seu objetivo oferecer alimentação saudável e adequada, utilizando alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar. É importante observar nessa, a participação popular, sejam em movimentos sociais e conselhos, nas políticas sociais na área de saúde, educação e assistência social, na busca por efetivação de direitos.

Há, portanto, em 1965 surgem outras iniciativas como a criação da Companhia Brasileira de Alimentos COBAL e da Companhia Brasileira de Armazenamento CIBRAZEM e, em 1972, a criação do Instituto Nacional de Alimentação-(INAN), como também 1982, a Companhia de Financiamento da Produção.

Nesse cenário, em 1972, os planos e programas em alimentação e nutrição passam a ser centralizados no Instituto Nacional de Alimentação e Nutricional (INAN), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde. Já que o INAN surgiu dado contexto sociopolítico-institucional em que a Política Social passa a ser uma preocupação explícita do Estado.

No Brasil, no final dos anos 1980, o sociólogo Herbert de Souza mobilizou toda a nação com sua campanha contra pobreza e com seu aspecto mais pungente, “a fome”. O *slogan* empregado para alertar quanto à urgência de providências foi quem tem fome tem pressa. Betinho mobilizou a sociedade brasileira para enfrentar a pobreza e as desigualdades, deixando um exemplo de solidariedade e de luta pela transformação social.

Contudo, de acordo (GOMES JR.,2007, p,60), a noção da urgência que embalava o movimento para uma alimentação saudável ou pelo menos parte de seus componentes, eram muito mais amplas. Os aspectos da ética, a criação ao modelo de desenvolvimento que reproduzia a miséria e a ausência do Estado.

Na promoção do atendimento às necessidades sociais e de cidadania a degradação ambiental, a onda crescente de desproletarização no mundo do trabalho, a explosão dos preços, tudo isso e mais, compunham o cenário que resultaria na ascensão na temática da Segurança Alimentar e Nutricional tomada no contexto dos direitos sociais e econômicos.

Assim, compreende-se, a alimentação é expressão dos arranjos culturais que dialogam com essa complexidade, em que diferentes símbolos gramaticais e significados individuais compõem a dinâmica sociocultural, histórica e diversa, pois comer e beber são atos sociais que produzem modelos identitários que revelam desigualdades ou reforçam laços sociais; implicam uma reciprocidade quase imediata de bens, favores, obrigações e envolvem aspectos morais religiosos, econômicos e sociais expressos em contextos diferentes.

A comida e a bebida estão presentes nos momentos de efervescência social, é relevante destacar os momentos em que a comida e seus aspectos simbólicos, passam a influenciar a percepção e as decisões relacionadas aos programas e políticas de segurança alimentar. Essas transformações acarretaram impacto na diminuição da pobreza e exclusão social, conseqüentemente, da fome e da desnutrição.

A primeira referência-expressão segurança alimentar surgiu pouco depois, em 1985, quando o Ministério da Agricultura lançou uma proposta de política nacional. Sendo esse também outro marco importantíssimo na linha do tempo da segurança alimentar foi à elaboração do mapa da fome em 1992, realizado pelo IPEA. No referido mapa, identificou-se que, nos anos 1990, 32 milhões de brasileiros não tinham renda suficiente para se alimentar.

De acordo com fórum brasileiro soberania segurança alimentar (FBSSAN) o surgimento dele é antecedido por um período em que o neoliberalismo ganhou força, priorizando leis de mercado em detrimento dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores. Devido à fome e escassez nessa época, a sociedade se mobilizou e criou, mais especificamente em 1993, a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, que exerceu um papel relevante no diálogo com o então presidente Itamar Franco para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

É por meio deste órgão federal que a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar (SAN) é convocada que teve como objetivo principal nacional pela erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional. Tendo em vista que, por meio de princípios, políticas, medidas e instrumentos que promovessem o acesso da população aos alimentos a preços condizentes e qualidade e quantidade adequadas.

No relatório final do evento já constava a preocupação com a fome e concentração de renda e de terra como determinantes da insegurança alimentar, realizado em 1994, foi um marco para a construção da agenda de SAN no Brasil.

Em 1999, ocorre a aprovação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que chega para dar concretude às ações de alimentação e nutrição no SUS. A iniciativa expressa os esforços do Estado brasileiro pela construção e consolidação de um conjunto de políticas centradas no respeito, na proteção e na promoção dos direitos humanos à saúde e à alimentação.

E no ano de 2004, a 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a questão ganha destaque e o Consea é refundado. Assim, ela teve como tema “A construção da política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”.

Um marco legal importante de ressaltar, institucional de a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN tornou –se realidade a partir da aprovação da Lei 11.346 Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em setembro de 2006, com o objetivo de assegurar a alimentação como um direito humano. Uma vez que, lei assegura o acesso regular e permanente de alimentos, com qualidade quantidade adequadas. É importante ressaltar que o governo federal na criação da lei orgânica assumiu o compromisso de combater a fome e a miséria no país, sendo adotadas

medidas para garantir a organização, fiscalização e a manutenção dos profissionais e dos métodos responsáveis para atingir a meta governamental.

Lembrando que o arranjo institucional tornou-se a articulação da Política, Plano e Sistema de SAN (SISAN) com a visibilização de um sistema capaz de promover a gestão única de ações articuladas em nível intersetorial<sup>9</sup>, com as políticas de saúde, educação o desenvolvimento social e combate a fome nos âmbitos das esferas federal, estadual e municipal do Estado e como também, sob a permanente participação da sociedade civil nas etapas de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação através dos Conselhos e Conferências de SAN. O local que acolheu e legitimou as reflexões e debates sobre temas estratégias para a SAN, foi o Conselho Nacional de SAN (CONSEA) que, em suas Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho.

Sob o mesmo ponto, Oliveira, (2020) evidenciar que promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) passou a ser uma responsabilidade do Estado mediante a implementação de políticas públicas capazes de garantir a realização do DHAA. Visto que termos de hierarquia a construção se fez presente na garantia dos direitos fundamentais, ou seja, que cada cidadão possa ter acesso ao alimento de qualidade culturalmente aceitado, sendo assim ter alimentos sem renunciar a outros bem fundamentais.

A lei também busca assegurar a oferta de alimentos das categorias de produtos alimentícios sejam ambientalmente, culturalmente, economicamente e socialmente sustentáveis. Todavia, a busca garantia da integridade e visibilizará desses grupos e classes como sujeitos de direitos por meio da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, ações baseadas nos princípios da universalidade e da universalidade e da equidade do acesso à alimentação adequada.

Sendo assim, a alimentação necessária e natural da vida humana, ou seja, dinâmico e progressivo, deve se considerar múltiplos fatores: funcionais psíquicos e sociais. Nesse sentido a forma do indivíduo se alimentar irá influenciar no seu modo de vida.

---

<sup>9</sup> Intersetorial: que efetiva se desenvolve entre dois ou mais setores que compreende mais um ramo, domínio, subdivisão ou seção. Nesse sentido o Sisan é um sistema de gestão intersetorial de políticas públicas, participativo e de articulação entre os níveis de governo, União Estados Distritos Municípios e por instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, ligadas a segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o sistema. <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produitiva-rural/direito-a-alimentacao-1/sisan-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>acesso>:em 1 de Dez de 2023.

Assim, a participação social na formulação, execução, acompanhamento avaliação, monitoramento e controle das políticas e dos planos de ação, em todas as esferas de governo, e a transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão. É importante ressaltar que em 1999 a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a qual integra o sistema que, por meio de um conjunto de políticas públicas, propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humano à saúde e a alimentação enfatizando problemas de acesso aos alimentos.

Nesse sentido, Gomes JR., (2007, p.59), salienta que remontam a esse período a construção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no âmbito do gabinete da Presidência da República, como também a realização da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2004 e a implementação nas esferas de governo de alentado conjunto de iniciativas voltadas para promover a SAN no país. Isso porque, a noção de urgência prevalente reportava à necessidade de se promover na política nacional profundas alterações como condição básica para que a população pudesse recuperar sua cidadania.

Nesse processo após a conquista do direito à alimentação enquanto um direito social em 2010, através da Emenda Constitucional 64, se fez diante disso um necessário avançar neste campo. O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 passar a vigorar com a seguinte redação: são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Pode-se dizer que, a Constituição de 1988 reflete um pacto social fundado na democratização da sociedade na garantia de direitos. Infelizmente, mesmo diante de todos os amparos sociais, dentro do atual contexto, ainda é possível visualizar diversos desafios para efetivação dos direitos.

De acordo com Fernandes (2023), o direito humano à alimentação e o acesso a uma nutrição adequada está previsto em instrumentos e tratados internacionais e são pautados em uma perspectiva dos direitos humanos de 1948. Nesse sentido inscrito como um direito fundamental para manutenção da vida.

Com a reinstalação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2023, e o Programa Fome Zero os quais foram extintos no governo Jair Bolsonaro, trouxeram de volta à pauta da Segurança Alimentar e Nutricional

(SAN) para a discussão nacional e internacional. Em dezembro de 2023, Brasília recebeu representantes de todos os estados brasileiros e convidados internacionais para um dos maiores eventos de SAN mundial, realizado sob a liderança da sociedade civil: a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN).

De acordo Peliano evidencia que:

Não obstante, sob a ótica das políticas sociais de alimentação e nutrição, a década deixou um legado de experiências que também reforça a visão de que a melhoria dos programas de alimentação e nutrição requer integração e convergência das diversas políticas públicas; descentralização da execução dos programas; eliminação de superposições; e mobilização, participação e controle social. (PELIANO, 2010, p.32)

Ainda, conforme a autora citada é importante ressaltar que os avanços obtidos no combate à fome são reconhecidos. O programa fome zero completou 21 anos não só internamente, mas também internacionalmente e é citado nas mais diversas publicações. Muitos atribuem a altíssima aprovação do governo às políticas sociais nas quais os programas de transferência de renda e a Fome Zero se destacam.

Entretanto, apesar dos avanços conquistados, é preciso refletir na perspectiva social, ao combate à fome, o qual voltou a ser prioridade no governo Lula. Mais do que reconhecer as demandas emergenciais a serem vencidas, é necessário observar, porque frente à última pesquisa realizada pelo IBGE no quarto trimestre de 2023, tendo como referência o período de três meses anteriores à data da desta, o Brasil tinha 72,4% (ou 56,7 milhões) dos seus domicílios em situação de insegurança alimentar, segundo o módulo Segurança Alimentar da PNAD contínua. Essa proporção cresceu 9,1 pontos percentuais frente à última pesquisa.

Tendo em vista, o exposto acima é considerável é necessário aprofundamos na historicidade e conjuntura no que se refere às políticas sociais que compõem o triple da seguridade social e refletir também as necessidades humanas e alimentação como direito e a compreensão da articulação e a transversalidade das políticas que permeia a temática estudada.

### 3.1.2 Assistência Social e Proteção Familiar e Alimentação Percurso de suas (inter) e (trans) versalidades.

A Política Nacional de Assistência Social sendo considerado um direito do cidadão e dever do Estado, instituída pela Constituição Federal 1988, têm a

Assistência Social no Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social, a qual busca transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 sendo definida como a Política de Seguridade Social, vindo a compor o tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e Previdência Social.

O que difere a Assistência Social da Previdência Social é que ela não é contributiva e será prestada a quem dela necessita diferentemente da Previdência Social que é organizada com caráter contributivo. Convém pontuar de acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate a Fome o: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) possui a intersectorialidade das políticas públicas a participação entre os três níveis do governo para implantar a execução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

É importante ressaltar que, existe uma relação direta entre alimentação e família, pois, o grupo familiar está intrinsecamente relacionado com o acesso ou não das políticas públicas. Percebe-se aqui uma questão fundamental quando se fala que a família desempenhou um papel significativa sendo fonte socialização primária, na conformação da proteção social, sendo assim, uma parceria do Estado que por sua vez, irá controlá-la e normatizá-la por meio das leis, mas, ao mesmo tempo, promover medidas de proteção e bem-estar social.

Considerando, que de acordo com o Ministério Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate a Fome é importante destacar que não são Benefícios Eventuais as provisões que visam atender vulnerabilidades cotidianas das famílias previsíveis, é também os itens sob a responsabilidade de outras políticas sociais, como Saúde, Educação, Habitação, Segurança Alimentar e Nutricional e outras políticas setoriais. Nesse sentido faz se necessário que as situações cotidianas e previsíveis ou de outras políticas sejam articuladas de forma intersectorial para suas respectivas políticas. Uma vez que os Benefícios Eventuais<sup>10</sup> devem ser restritos somente às respostas da Assistência Social para situações excepcionais.

---

<sup>10</sup> Os Benefícios Eventuais são provisões da política de Assistência Social destinadas à proteção de indivíduos e famílias para o enfrentamento de uma vulnerabilidade social de caráter eventual. Eles estão previstos na Lei Orgânica de Assistência Social e são ofertados pelos municípios e pelo Distrito Federal. Os Benefícios Eventuais são assegurados pelo art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Para solicitar o Benefício Eventual, o cidadão deve procurar as unidades da Assistência Social no município ou no Distrito Federal. A oferta desses benefícios também pode ocorrer por meio de



Faz-se necessário ressaltar que, a mesma, em seu desenho possui contradições: ora torna a família como central para concepção e implementação dos benefícios, programas, projetos e serviços; ora reconhece e visa potencializar os papéis familiares. Assim sendo, os papéis são atribuídos a prover a proteção e socialização dos seus membros.

Reconhecer o direito à assistência social no âmbito da seguridade social não significa defender ou desejar que essa política seja a referência para assegurar o bem-estar ou satisfazer às necessidades sociais no capitalismo, pois adotar essa posição seria ter como horizonte uma sociedade de assistidos (BOSCHETTI, 2009, p.6).

É Após a IV Conferência Nacional de Assistência que foi realizada em dezembro de 2004 tem-se a implementação da Política Nacional de Assistência Social, determinado avanço significativo à efetivação do sistema descentralizado e participativo a Política de Assistência Social sendo definitivamente inserida no campo das políticas públicas brasileiras.

Crer-se que, como aumento da desigualdade e da pobreza é relevante discutir a relação entre trabalho, assistência social e previdência; a realidade dos trabalhadores que não contribuem, que por sua vez não estão inseridos em uma relação de trabalho estável não tendo direito contributivo transforma-se em potenciais do benefício não contributivo.

No ano de 2010, por emenda constitucional é introduzindo nas bases legais anteriores firmadas pela própria Constituição Federal de 1988, a alimentação como direito social. É importante ressaltar que de acordo Conselho Nacional de Saúde - CNS Comissão Intersectorial de Alimentação e Nutrição – CIAN a atuação do setor saúde junto às famílias mais pobres assistidas pelos programas de transferência de renda exige a qualificação dos serviços de saúde em direção à promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção de deficiências nutricionais destes grupos.

Todavia, é preciso avançar na construção da cultura do direito em ações de educação alimentar na direção de melhorar o padrão de nutrição. Portanto, a trajetória brasileira e de participação social é fundamental para concepção, execução e acompanhamento de políticas públicas.

Boschetti (2009) aponta que, inclusive, se o padrão de seguridade social instituído em determinado país é (ou não) capaz de impor limites à desigualdade social

no capitalismo. Nesse sentido autora enfatiza que é necessária a discussão em relação entre trabalho, assistência social e previdência, visto que são indissociáveis no conjunto das políticas públicas.

De acordo com Iamamoto (2008), o capitalismo no Brasil passou por uma transição passando de capitalismo competitivo para monopolista, essa expansão fez com que a forma de dominação fosse política, no qual o Estado<sup>11</sup> assume papel decisivo na sociedade. Nesse tempo surge o desenvolvimento desigual onde a desigualdade diante do desenvolvimento social e centralização do capital econômico, faz crescer a pobreza relativa é a concentração centralização do capital.

Ao trazer um breve resgate histórico, o conceito de seguridade social expresso na Constituição Federal de 1988 foi um dos grandes avanços no processo de redemocratização da sociedade brasileira, desencadeado em fins dos anos 1970, período da ditadura civil-militar, que culminou na constituinte, ainda que tenha se mantido restrito à previdência social, sendo a saúde de caráter universal e assistência social será prestada a quem dela necessitar independentemente de contribuição a seguridade social; além disso, a seguridade social o direito humano a alimentação como também o acesso a uma nutrição saudável, que por sua vez estão previstos em instrumentos legais que todo cidadão tem o direito.

Destaca-se que, o Assistente Social profissional inserido no espaço ocupacional no campo das políticas sociais se abre caminhos para que compreenda de forma integrada dentre as políticas que compõem o triple de seguridade social, visando como elas se encontram envolvidas e como elas se operacionalizam em rede, e em conjunto com outros profissionais.

No que se refere em seus princípios a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) preconiza e busca a diminuição das desigualdades sociais e nesse sentido a universalização do acesso aos direitos básicos, ressaltando a relevância

---

<sup>11</sup> Mandel (1982), ao reportar a sua análise sobre o Capitalismo Tardio e tratar das três funções do Estado capitalista, sendo elas: 1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros das classes dominantes; 2) reprimir quaisquer ameaçadas classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, polícia, do sistema judiciário e penitenciário; 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração, sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou seja 'dos males o menor', ou a 'vontade suprema', ou porque nem percebem a exploração) (MANDEL, 1982, p.333 -334).

que é a articulação em rede com as outras políticas buscando a integração em ações públicas que visam o enfrentamento das expressões da questão social<sup>12</sup>.

Ressalta se que, o avanço da Política Nacional de Assistência, a mesma com caráter inovador no sentido de se consumir como política pública, dentro de uma cena que reconhece as mazelas da sociedade, que não são novas as expressões da questão social, mas como também coletiva dentro da sociedade capitalista ela busca avançar e superar a focalização de práticas assistencialistas.

Ressalta se que, o avanço da Política Nacional de Assistência, a mesma com caráter inovador no sentido de se consumir como política pública, dentro de uma cena que reconhece as mazelas da sociedade, que não são novas as expressões da questão social, mas como também coletiva dentro da sociedade capitalista ela busca avançar e superar a focalização de práticas assistencialistas.

Conforme Paulo Netto (2001) inexistia uma nova questão<sup>13</sup> social. Todavia, sabe-se que o que verifica-se na contemporaneidade é 'novas expressões da questão social', ou seja, formas que vão se engendrando e adquirindo novas roupagens. E quando não houve direitos garantidos desse modelo societário não haverá uma garantia para melhoria de vida para a classe trabalhadora. Quando toda a riqueza não fica mais totalmente nas mãos dos grandes donos dos meios de produção.

A Política de Assistência Social desenvolve ações que visam à efetivação de direitos já concretizados na Constituição de 1988, e que articulam a atuação do Serviço Social junto às famílias que necessitam de melhores condições de vida. O assistente social no atendimento direto aos usuários nos diversos espaços de atuação profissional, dentre eles a Saúde, Educação e Assistência Social desde a atenção básica até os serviços que se organizam a partir de ações de média e alta complexidade realizam a instrumentalidade e tentam garantir o acesso aos serviços, programas e políticas sociais de cidadania.

---

<sup>12</sup>Iamamoto (2001) Em perspectiva de análise distinta a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção /reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Iamamoto (2014); para ela, a "velha" questão social metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens.

<sup>13</sup>Netto (2001) A tese aqui sustentada e evidentemente, oferecida como hipótese de trabalho é de que inexistia uma nova questão social o que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações tradicionais da questão social, que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital.

### 3.1.3 Políticas de Saúde e Política Nacional de Alimentação e Nutrição Alimentação-PNAN

É importante ressaltar que, assim como Assistência Social a saúde era vista como benesse que foi sendo modificada ao passar dos anos a partir de formulação de serviço e da entrada dela no Estado deixando de ser prestada nas Santas Casas de Misericórdia. Assim em um momento de intensas mudanças a pretensão de uma reforma, que pudesse ser o direito a saúde igualitário.

Para Bravo (2009), o Estado começa a intervir com mais efetividade na década de 1930. Até então a assistência médica estava vinculada à filantropia e ficava a cargo da caridade e da igreja. Com o surgimento das indústrias, a questão a saúde aparece como reivindicação do movimento operário na eminência da economia capitalista exportadora cafeeira, demonstrando o avanço da divisão do trabalho assalariado, colocando em evidência as questões de higiene e saúde do trabalhador.

Desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) <sup>14</sup> no país, as lutas sociais estão inseridas no cotidiano, entretanto, foi a partir da década de 1930, o processo de industrialização que trouxe uma redefinição ao papel do Estado, uma vez que vai buscar o desenvolvimento social.

Passados alguns anos de luta e amadurecimento da população por direitos sociais de saúde, foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, pela primeira vez teve ampla participação social e foi um marco para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a primeira realizada no período de transição democrática, norteada pelo princípio da Saúde como direito de todos e dever do Estado. Visto que, a realidade social na década de 1980 o acesso à saúde era prestado também pelo Instituto Nacional de Previdência Social restrita somente aos trabalhadores que para ele contribuía.

As reivindicações entre o acirramento da defesa do direito a saúde sempre estiveram presente durante esses 34 anos de sistema. E diante da militância das classes trabalhadoras e do surgimento de políticas sociais que viessem de encontro com as necessidades sociais em geral e as demandas de saúde dos trabalhadores.

---

<sup>14</sup> Em 19/9/1990 foi assinada a Lei nº 8080 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, instituindo o Sistema Único de Saúde (SUS).

A constituição Federal de 1988 procurou garantir a saúde como sendo um direito, o texto constitucional demonstra claramente que a concepção do SUS estava baseada na formulação de um modelo de saúde voltada para as necessidades da população, procurando resgatar o compromisso do Estado para o bem-estar social, especialmente no que se refere a saúde coletiva, consolidando-o como um dos direitos da cidadania.

Na contemporaneidade, de acordo o Ministério da Saúde houve a edição histórica da 17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) que foi realizada em 02 de julho de 2023, a Conferência de Saúde que é realizada a cada quatro anos, esta edição representa a resistência e defesa da democracia com a retomada da participação popular com a participação de representantes da sociedade civil, entidades, fóruns regionais, movimentos sociais e organizações. O diálogo, da diversidade e representatividade do combate ao preconceito e as desigualdades, por um Sistema Único de Saúde - (SUS) com mais inclusão e universalidade.

Sendo assim, se faz necessária à realização da citada conferência, com a participação e presença de coletivos e os movimentos sociais em ação voltada para estabelecer, mas do que um diálogo, a construção de pautas comuns entre o governo e a sociedade civil, na perspectiva de contribuir no processo de efetivação e a viabilização do acesso à saúde. O direito a saúde está ligado à consequência natural do direito à vida e do princípio da dignidade humana, sendo este, direito de todos.

Enuncia a Constituição Federal no seu art.196 que: saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Segundo Iamamoto (2008), o fundo público<sup>15</sup> é cada vez mais desigualmente distribuído, sendo canalizado para sustentação dos grandes capitais. Perante isso ocasiona a fragilização nos repasses para as políticas públicas ocasionando falhas na operacionalização.

Para Mendes (2015), também concorda com a tese de Iamamoto que para chegamos ao entendimento do que está em disputa quando se discute a saúde, que

---

<sup>15</sup> De acordo Brettas (2020) fundo público é o conjunto de recursos a disposição do Estado para intervir na economia e nas expressões da questão social. A sua forma mais visível é o orçamento, mas não se esgota nele. Envolve também os montantes disponíveis nas empresas públicas e demais instituições governamentais, como o Banco Central.

o padrão de proteção social o qual assegurou o direito de universalidade da saúde pública no país, e nesse sentido desenvolveu-se, em relação aos países desenvolvidos, de forma “tardia”, não somente em relação ao tempo, mas, sobretudo em referência ao momento histórico que se inseriu, isto é, em tempos de dominância do capital financeiro.

Primeiramente, precisamos lembrar que foi de grande conquista a universalização da saúde<sup>16</sup> na sociedade brasileira, a realidade social a qual a população estava inserida, em um projeto de sociedade neoliberal onde não possuía condições de caber um sistema de saúde em uma doutrina econômica a qual o país estava vigente.

Para Mendes et al. (2019), os efeitos diretos da crise contemporânea do capitalismo na saúde pública brasileira ocorreram basicamente na financeirização dos recursos públicos e na apropriação do fundo público pelo capital em busca de sua valorização. Pode ser percebido pela forte presença do capital que se torna um portador de juros no orçamento público federal como também no Orçamento da Seguridade Social, bem como no incentivo financeiro público concedido à saúde privada.

Ocorre que, conforme citado acima o orçamento público fica sujeito, a instabilidade e insuficiente, ocasionando restrição orçamentária indo ao encontro das despesas públicas, o art.194. da Constituição Federal assegura que: seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Castilho et al (2017), considera que em alguma medida a reorganização do capital financeiro e sua hegemonia, impondo a classe trabalhadora em um cenário humano de precarização e barbárie social, na medida em que restringe a competência do Estado em implementar políticas sociais que, com isso ocasiona uma fragmentação do sistema com precarizações e ampliação da venham garantir a reprodução social da classe trabalhadora. A destinação de poucos recursos no âmbito da política de saúde aumenta se a criação de planos de saúde acessíveis privatização da saúde.

---

<sup>16</sup> A Organização Mundial de Saúde (OMS) define *saúde* não apenas como a ausência de doença, mas, como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social.

Sendo o Serviço Social uma profissão de caráter interventiva nas expressões da questão social que se materializa na contradição capital trabalho, como também, no reconhecimento com o coletivo e com atendimento as necessidades do social. O Assistente tem como objeto de trabalho as expressões da questão social e seus instrumentos de trabalho, que são compreendidos a partir das dimensões: teórico metodológico, ética política e técnico operativa sendo imprescindível que no processo de trabalho esses elementos não se dissociem, pois não possibilitaria o verdadeiro conhecimento da realidade social.

Assim, é importante refletir sobre essas análises de fragmentação<sup>17</sup> do sistema e precarização, visto que implicado nessa conjuntura que o significado do Serviço Social na sociedade capitalista irá permitir pensar as lutas sociais como parte dos fundamentos da questão social. Convém ressaltar que, interessante notar que a Seguridade Social é um campo de tensões e disputas entre capital e trabalho.

Cabe ao Serviço Social da saúde, conforme está descrita na Lei 8.080 de 1990, atender demandas da expressão da questão social buscando garantir o direito, e o acesso ao serviço, incentivar o usuário a participar dos programas de atenção básica na saúde e lutar pela efetivação da política do SUS.

Iamamoto (2001), destaca que a uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas de abrangência universal, no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais.

Conforme a autora citada, esse processo vem a se expressa em dupla via: de um lado, na transferência de responsabilidades governamentais para organização da sociedade civil de interesse público e em segundo: em uma crescente mercantilização do atendimento às necessidades sociais os que são evidentes no campo da saúde, da educação e assistência social.

Portanto, cumpre nos frisar que, quando falamos em política de saúde a alimentação está intimamente interligada a essa determinada política social. Desde modo é essencial reconhecer a segurança alimentar e nutricional e o direito à alimentação.

---

<sup>17</sup> Assim como, em um único “tiro de misericórdia”, fragmenta e esfacela a espinha dorsal da sua organização e de seus instrumentos históricos de resistência, como partidos, sindicatos e movimentos sociais.

Convém pontuar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada no ano de 1999. Sendo formada por meio de um conjunto de políticas públicas, na sua execução articulada de modo intersetorial com a saúde a assistência social e educação. Em sua proposta está propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação com objetivo de diminuir a pobreza e a exclusão social, ou seja, esta busca minimizar a fome e desnutrição.

A política foi atualizada em 2009 e publicada em 2012 e nesse sentido apresenta em sua nova edição o propósito da melhoria das condições de saúde nutrição da população brasileira mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição.

Em sua análise dos avanços e desafios da PNAN Santos, (2021, p.1) destacar que: “É uma política pública de corte social que, ao focar a problemática alimentar e nutricional em uma sociedade estruturalmente desigual como a brasileira, esta política, necessariamente, integrará o cenário de disputas sobre problemas enfrentar, como, para quem, quando e com que recursos”.

Portanto, trata-se de uma política que tem a sua operacionalização nas três esferas do governo federal, estadual, e municipal de forma intersetorial no contexto de ampliar o diálogo a pactuação e integração entre os diferentes segmentos governamentais.

Considerando de acordo a PNAN (2013) que a alimentação e nutrição constituem-se em requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde. E assim ela possibilita a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. Nesse contexto é importante ressaltar a política a sua formulação dentro da política de saúde.

No tocante no que se referem aos pressupostos os direitos à Saúde e à Alimentação a política é orientada e regida pelos princípios doutrinários e organizativos do Sistema Único de Saúde (universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização e hierarquização e participação popular).

Cumprir também os cinco princípios de forma resumida a seguir que integra a operacionalização da política de acordo com a PNAN (2013). Em primeiro lugar, de acordo a política a alimentação sendo elemento de humanização das práticas de saúde está expressa às relações sociais, valores e história do indivíduo e dos grupos populacionais e tem implicações diretas na saúde e na qualidade de vida.



Em segundo pode ser ressaltar que conforme a política o respeito à diversidade e à cultura alimentar. Diante disso, reconhecer que a alimentação brasileira, com suas particularidades regionais, é a síntese do processo histórico de intercâmbio cultural. Além disso, entre as matrizes indígena, portuguesa e africana que se somam, por meio dos fluxos migratórios, às influências de práticas e saberes alimentares de outros povos que compõem a diversidade sociocultural brasileira.

Outro princípio sendo este o terceiro ressalta a o fortalecimento da autonomia dos indivíduos ou ampliação dos graus de autonomia para as escolhas e práticas alimentares. As diretrizes são fundamentais, pois são elas que vão indicar todas as estratégias sendo a vigilância a prevenção e a promoção em saúde utilizada para alcançar o propósito. É importante frisar o quarto e quinto princípio que abrange a sua operacionalização dentro do sistema único de saúde- SUS com foco na atenção básica, que ordena todas as suas ações.

4-A determinação social e a natureza interdisciplinar e intersetorial da alimentação e nutrição: o conhecimento das determinações socioeconômicas e culturais da alimentação e nutrição dos indivíduos e coletividades contribui para a construção de formas de acesso a uma alimentação adequada e saudável, colaborando com a mudança do modelo de produção e consumo de alimentos que determinam o atual perfil epidemiológico.

5-A segurança alimentar e nutricional com soberania: a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é estabelecida no Brasil como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, culturais, econômica e socialmente sustentáveis. (PNAN ,2013, p.22).

Compreender, a articulação e a cooperação entre o Sistema Único de Saúde e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN visa entender o fortalecimento das ações voltadas para alimentação e nutrição das famílias e nesse sentido a Rede de Atenção à saúde, de modo abrangente e articulado com as demais ações de SAN visam o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e dos agravos no que se refere a saúde, na perspectiva dos determinantes sociais.

### 3.1.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter

suplementar, de recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos.

O PNAE é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado. No que se refere, a Política de Educação, o PNAE é uma das políticas públicas que tem extrema importância no Brasil. Uma vez que, seu principal objetivo é promover a alimentação escolar saudável e adequada a todos os estudantes da educação básica. Como vimos se faz pertinente uma abordagem analítica que alicerçar o direito à merenda escolar e a sua relação com agricultura familiar. Certo que, trinta por cento da merenda escolar tem que ser advinda da agricultura familiar. E nesse sentido, para a compreensão do Plano Nacional Alimentação Escolar-PNAE, iremos contextualizar a sua criação, com marco temporal dos anos de 1994 até a contemporaneidade.

Para embasamento teórico, utilizamos os cadernos<sup>18</sup> do site do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA intitulado ambos: Textos para Discussão do IPEA. Sendo estes, com publicações seriadas que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Instituto. Com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

Sendo assim, de acordo o pesquisador Silva do IPEA buscou traçar e organizar uma abordagem analítica dentro dos parâmetros teóricos e metodológicos a trajetória institucional do PNAE. Cabe ressaltar, o primeiro marco<sup>19</sup> do plano e sua criação em 1955 com o decreto presidencial que regulamentou um programa de intervenção com foco na oferta de alimentação escolar nas escolas da rede pública nacional.

Vale recordar que, com a aprovação da Constituição de 1988, no que se refere à alimentação escolar, ela se tornou um dever do Estado e direito conquistado dos estudantes o qual está incluído no art. 208, inciso VII: atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

---

<sup>18</sup>De (2014) intitulado: Trajetória e Padrões de Mudança Institucional no Programa Nacional de Alimentação Escolar, a inserção da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar: impactos na renda e na atividade produtiva. Silva. Pereira Sandro. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do IPEA.

A Inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: impactos na renda e na atividade produtiva / Silvio da Rosa Paula. [et al.] – Brasília: IPEA, 2023

<sup>19</sup> Dessa forma, as fases identificadas foram: I) institucionalização subordinada (1955-1973); II) nacionalização concentrada (1973-1994); III) descentralização federativa (1994-2009); e IV) descentralização desconcentrada (2009).

Compreende-se, que oferta de ensino de qualidade e a alimentação se tornam agentes cruciais para a permanência dos alunos na escola. A Educação, portanto, deve ser capaz de assegurar a o cumprimento dos princípios constitucionais de acordo Gomes Junior (2007), que garantem acesso a todos os brasileiros a uma educação pública de qualidade.

Cabe o destaque, em conformidade com autor acima citado que é de fundamental importância, desenvolver uma política de educação sendo direcionada a uma educação para formação indivíduos com consciência crítica para as relações de poder na realidade social.

Desenvolver uma política de educação voltada a uma educação para a formação de cidadãos detentores de capacidade; adequar currículos escolares a realidade em que vivem as pessoas, preservando valores, hábitos e práticas sociais; intensificar a formação de professores e demais profissionais de educação de modo a comprometê-los com as mudanças a serem implementadas na sociedade, implantar na grade curricular disciplinas relacionadas com nutrição, alimentação saudável. (GOMES JUNIOR,2007, p.255).

O discurso acerca dos programas de alimentação e nutrição no cenário brasileiro é intenso, haja vista que as reviravoltas ao longo de mais de seis décadas de história. Verificar-se, portanto, uma dinâmica institucional que é abundante relacionada a termos analíticos no campo da administração pública em torno do PNAE, na sociedade brasileira.

Em reflexão nessa perspectiva, faz se importante desvelar o contexto no início dos anos 1990, com o governo Collor. Uma vez que, com o cenário de desmonte das políticas públicas, e com a extinção de quase todos os programas de alimentação e nutrição então existentes. Segundo Castilho (2007), em torno das referidas reformas preconizavam uma combinação de políticas econômicas direcionadas para o crescimento econômico, sustentado e não inflacionado as políticas sociais para serem eficazes para a produção da equidade e do desenvolvimento humano.

Convém pontuar, de acordo com autora citada acima, tais políticas tinham por base uma brutal contenção de gastos do governo em todas as áreas o sucateamento do setor público e a falência das políticas sociais universais com uma ação com viés assistencialista, dispersa, subordinada e focalizadas implementadas pelo Estado pós-Constituição Brasileira de 1988.

Inserir-se nesse contexto em 1997, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)<sup>20</sup>. E assim, o fundo operacionaliza e tem como a responsabilidade de prestar assistência financeira aos programas do ensino básico das escolas públicas brasileiras, entre os quais está o PNAE.

Nesse sentido, para efetuar os repasses para as unidades federativas, o FNDE realiza a sua estimativa e baseia-se nos dados do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), dessa forma, para auferir o montante de alunos no ano anterior ao do atendimento.

De acordo Silva (2019), importa destacar que existem duas formas de gestão que podem ser adotadas: A mista e a terceirizada:

No caso da gestão mista, a unidade subnacional – denominada no âmbito do PNAE de entidade executora (EEx) – adquire os alimentos não perecíveis e transfere parte dos recursos financeiros para as escolas, que, por sua vez, se responsabilizam pela aquisição dos alimentos perecíveis. Na gestão terceirizada, a EEx elabora o cardápio e contrata empresas especializadas para operacionalizar a alimentação escolar, integralmente ou em parte, estando sujeita à fiscalização e ao controle. (SILVA, 2009, p.26).

A qualidade da alimentação escolar tem um efeito significativo no processo de aprendizagem e rendimento do educando. São fatores determinantes os investimentos na qualidade e quantidade dos alimentos, visto que são mecanismos para gestão dos recursos de modo que possibilite a desenvolver refeições saudáveis, para integrar o cardápio das escolas. Aliás, com o início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, a temática da segurança alimentar ganhou uma nova centralidade no plano federal com o lançamento do Programa Fome Zero, o qual englobou distintas ações governamentais para o enfrentamento da fome e da desnutrição no país.

De acordo Paula et al. (2023), é importante ressaltar que a priorização da agricultura familiar em processo de compras públicas de alimentos, não se introduziu com PNAE. Há, portanto, desde 2003 que essa sistemática já se sucedeu/ sucede com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a qual é executado pela Companhia de Abastecimento (Conab), como também, por Estados e municípios com recursos do poder executivo federal.

---

<sup>20</sup> Autarquia federal vinculada ao MEC, criada pela Lei no 5.537/1968, e alterada pelo Decreto-Lei no 872/1969.

Ainda em conformidade com Silva (2019), compreende as que, na merenda escola um passo que foi bastante significativo nessa linha foi à aprovação, do maior e mais antigo programa de alimentação do país, da Lei nº 11.947<sup>21</sup>, de 16 de junho de 2009. Uma vez que a lei determina a aquisição de no mínimo, 30% do valor a ser gasto com alimentação escolar dos recursos repassados pelo governo federal sejam advindos da compra de produtos da agricultura familiar local, com prioridade para assentamentos rurais, comunidades indígenas, tradicionais e quilombolas (BRASIL, 2009, art. 14).

O arranjo institucional o qual, está situado à trajetória do PNAE passou por inúmeras mudanças. Sendo, o programa é regido pela lei nº11.947/2009 e tem em seu objetivo principal de acordo Paula et al (2023, p.9) ‘desenvolvimento psicossocial da aprendizagem escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis na rede pública de educação básica nas escolas públicas, filantrópicas e nas entidades comunitárias’.

A alimentação escolar como já destacada ao longo dessa análise, se torna imprescindível, sendo esta, um dos componentes essenciais para o ambiente de ensino e aprendizagem. Diante disso, reconhecer a implantação do PNAE no que tange aos agricultores familiares vai além da comida e do acesso a alimentos saudáveis, pois a qualidade nutricional irá contribuir para noção de vida.

O programa passou a visar não só à melhoria da qualidade nutricional das refeições distribuídas aos alunos, como também à inclusão de agricultores familiares e suas respectivas organizações coletivas, como fornecedores em um mercado do qual foram historicamente excluídos, dominado por empresas alimentícias e cooperativas agropecuárias de maior porte. (PAULA, 2023, p.7).

A proposta pelo Brasil no G20<sup>22</sup> – o grupo das 20 maiores economias do mundo, mais União Europeia e União Africana – a aliança foi aprovada por aclamação nessa quarta-feira, 24 de julho de 2024, durante encontro de ministros do G20 no Rio de Janeiro. Mais do que reconhecer a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é essencial frisar que ele será uma das iniciativas brasileiras bem-

---

<sup>21</sup> Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm).

<sup>22</sup> Criado em 1999 em resposta à crise financeira global, o G20 é um fórum de cooperação econômica internacional que tem como objetivo debater temas para o fortalecimento da economia internacional e desenvolvimento socioeconômico global. Desempenha um papel importante na definição e no reforço da arquitetura e da governança mundiais em todas as grandes questões econômicas internacionais.

sucedidas apresentadas na Aliança Global<sup>23</sup> contra a Fome e a Pobreza. Diante disso é sabido que a experiência do Brasil com o PNAE, o qual é um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. É por isso que será compartilhada com governos, organizações internacionais, instituições de conhecimento, fundos e bancos de desenvolvimento, e instituições filantrópicas.

Dessa forma, como foi evidenciado no G20, atualmente, o programa pode ser considerada uma política pública robusta, com capilaridade estabelecida em todo o território nacional, de ampla complexidade normativa e com diretrizes de intervenção que perpassam distintos setores de governo.

---

<sup>23</sup> Aliança Global – A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que tem como objetivo erradicar a fome e a pobreza no mundo até 2030, não está restrita a países integrantes do grupo, mas a todos os interessados. O lançamento oficial da iniciativa será formalizado na Cúpula de Líderes do G20 em novembro. Mas, com a aprovação dos documentos constitutivos nessa quarta-feira, foi dado início às adesões dos países. De acordo com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o combate à fome exige decisão política. “Nossa melhor ferramenta será o compartilhamento de políticas públicas efetivas. Muitos países também tiveram êxito em combater a fome e promover a agricultura e queremos que esses exemplos possam ser conhecidos e utilizados”, completou Lula ao explicar a proposta da aliança global .<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-07/combate-fome-e-escolha-politica>.

#### 4 CULTURA DO CONSUMO E CAPITALISMO

No caso deste estudo optou-se pela reflexão sobre as políticas públicas que estão relacionadas à alimentação e nesse contexto não poderíamos deixar despercebida a abordagem acerca da cultura do consumo e o capitalismo. Assim sendo, revelou a importância de analisar as categorias acima mencionadas.

De acordo Fontenelle (2017, p. 13.) “sem dúvida há consumo, entendido como o uso das coisas, onde não há capitalismo [...]”. Outra contribuição da autora em sua obra é nos mostrar: “Que o consumo no capitalismo funciona de uma forma muito diferente do consumo em sociedades não capitalista, pois no capitalismo temos o consumo de mercadorias”. (p.13).

Dessa forma, compreendemos conforme citada acima outro aspecto a ser levado em consideração é que consumir mercadorias não significa que seja o mesmo que consumir um objeto, pode-se dizer que não se tem a finalidade de valor de troca econômica. “Quando passa a servir de valor de uso, a mercadoria transita da esfera da troca de mercadorias para a esfera do consumo”. (MARX, 1988, p.241).

É interessante observar em relação à alimentação, que comida é um alimento processado, pronto para comer e nesse sentido, ao ser transformado este podendo adquirir o valor de mercadoria e valor de troca e de uso.

De acordo, Marx, (1988) em sua obra o capital I, o autor analisa as categorias em mercadoria e o valor de uso como também o valor de troca.

O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. (MARX, 1988, p.158).

Autor citado acima, esboçar que a “mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (p.157). Assim, para ele o valor de uma mercadoria não está no objeto transformado, mas sim na quantidade de tempo de trabalho humano aplicado naquele objeto para produzir a mercadoria.

Do ponto de vista do alimento a partir da compreensão da leitura em Marx, (1988) que este sendo transformado em comida adquiriu uma dualidade, caso sendo para consumo próprio este não se tornará mercadoria. No entanto por meio da troca

a quem vai ser servido para outra pessoa no valor de uso, obterá a forma. “Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso” (MARX,1988, p.165).

Desse modo considera-se que partindo da natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago da insuficiência de se alimentar ou da imaginação – não altera em nada a questão. “Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção” (MARX,1988, p.157).

Para tanto, percebe-se que é imprescindível e de fundamental relevância abordamos o conceito de cultura. Que de acordo com Laraia (2001), cultura pode ser entendida sendo determinada pelas relações sociais na sociedade construída pela convivência. Sendo assim, cultura é uma aquisição humana com definição própria, hábitos, crenças, arte e direito, dentre outros. Por sua vez o autor apresenta que toda aquisição humana adquirida advém do convívio social. Seguindo o pensamento do autor, os indivíduos não nascem com cultura, pelo contrário a criação humana do ponto de vista deste vai evoluindo conforme o desenvolvimento da sua racionalidade.

Por essa razão, compreende-se que a cultura seja o resultado da intencionalidade do homem sobre a natureza, diante disso, deve-se pensar o desenvolvimento da cultura em graus, e nesse contexto, o seu desenvolvimento sendo de escalas de evolução.

Na obra de Laraia (2001) o autor aborda a definição de cultura está tendo sido feita, do ponto de vista antropológico, que pertence a Edward Tylor, no primeiro parágrafo de seu livro *Primitive Culture* (1871). Podemos então entender que a partir de Tylor:

que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois se trata de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução.” (LARAIA, 2001, p.17).

Reitera - se aqui a reflexão no que se refere à palavra cultura que trazemos a discussão que de acordo Fontenelle em sua obra, nos mostra que cultura, em seus à primeira vista uso como “um substantivo<sup>24</sup> que se referia a um processo, a um cuidado

---

<sup>24</sup> (i) o substantivo independente e abstrato que descreve um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético, a partir do século 18; (ii) o substantivo independente, quer seja usado de modo geral ou específico, um grupo ou da humanidade em geral; (iii) o substantivo independente e abstrato que descreve as obras e as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística [Williams, 2007:121].



com algo que, no princípio, estava relacionado ao cultivo e à colheita ou ao cuidado com animais.” (FONTENELLE,2017, p.17). Assim, conforme autora até que se intensificou no sentido que circunda o cuidado com o desenvolvimento humano.

Desta forma, por meio das reflexões sobre cultura a partir dos autores mencionados, onde se observa que a unidade psíquica da humanidade e o grau de evolução estão inerentes ao desenvolvimento da racionalidade e a cultura.

A partir do exposto, voltemos para conceito do consumo e capitalismo. Será necessário aqui conceitua a partir de Williams, 2007 *apud* (FONTENELLE ,2017, p.20) em vista que a obra do mesmo intitulado: *Um vocabulário de cultura e sociedade*, do crítico cultural inglês Raymond Williams consta como elemento fundamental da construção do livro de Fontenelle, conforme autora o livro no Brasil foi lançado no ano de 2007, com um atraso de mais de 30 anos. Tendo em vista que a “sua publicação original em inglês, a editora que o publicou solicitou a acadêmicos brasileiros que escrevessem sobre termos que, na época do lançamento do original, não existiam, eram marginais ou simplesmente não foram contemplados pelo autor”. (FONTENELLE,2017, p.11).

Como se pode observar com Williams (2007), delinear o termo consumidor (*consumer*) que aparece como palavra-chave e, portanto, buscar sua definição, o verbo consumir (*consume*) ganhou destaque ao passar dos anos.

O autor nos mostra como, no inglês moderno, os substantivos consumo (*consumption*) e consumidor são predominantes na descrição de todos os tipos de bens e serviços. E para entender esse predomínio, é importante resgatar a história da palavra. “Consumir”, nos mostra Williams (2007:109), faz parte da língua inglesa desde o século XIV e “em quase todos os primeiros usos em inglês, tinha um sentido desfavorável; significava destruir, esgotar, dilapidar, exaurir [...]. Usos antigos de consumidor, desde o século XVI, tinham o mesmo sentido geral de destruição ou gasto”. Williams, 2007 *apud* (FONTENELLE 2017, p.20).

Nessa mesma cena, acredita-se ser relevante pensarmos a relação entre alimentação e as necessidades humanas no que refere ao consumo partir de Marx (1988) que nesse sentido o autor vai elucidar o consumo do trabalhador tem uma dupla natureza consumo produtivo e individual.

O consumo produtivo e o consumo individual do trabalhador diferem, portanto, inteiramente. No primeiro, o trabalhador atua como força motriz do capital pertence ao capitalista; no segundo, ele pertence a si mesmo e executa funções vitais à margem do processo de produção. O resultado de um é a vida do capitalista, o do outro é a vida do próprio trabalhador. (MARX, 1988, p.787)

Verifica-se, portanto a partir de Marx que, na sociedade o trabalhador suprir de meios de subsistência para manter sua força de trabalho. Ademais, citado acima elucida a comparação em funcionamento, do mesmo modo como se abastece de carvão e água a máquina a vapor e de óleo a roda.

Assim, para ele por mais que o trabalhador realize seu consumo individual, sendo esse subjetivo ao amor a si próprio, e não ao capitalista, essa ação não altera em nada a questão. Igualmente “o consumo do animal utilizado pelo ser humano para transporte de cargas não deixa de ser um elemento necessário do processo de produção pelo fato de o próprio animal se satisfazer com o que come” (MARX,1988, p.788).

E, é importante mencionar que cultura do consumo constantemente esteve correlacionada sociedade americana. Assim através de Williams, a autora Fontenelle (2017, p.22) destaca que “Tal associação deve-se ao papel que os Estados Unidos tiveram não apenas em forjar uma cultura do consumo em seu próprio território, mas em expandi-la, tornando-a mundial”. Desse modo considera – se a partir, dos citados acima que é nos Estados Unidos que é possível buscar de forma mais evidente as raízes dessa cultura do consumo que ainda prevalece neste início do século XXI.

Com base nesse contexto, outros aspectos vão se relevantes para elucidar o crescimento do consumo na sociedade. Pode-se dizer que tal fato esteja imbricado a partir da revolução das mentalidades no cenário das transformações econômicas, políticas e subjetivas. Assim, é importante ressaltar sendo tais renovações de acordo Fontenelle, (2017) advindas, ao passo de duas revoluções fundamentais para que a cultura do consumo emergisse “[...] uma revolução industrial e uma política — tomando-se a Revolução Francesa como “tipo ideal” —, pois foram essas que deram forma ao que passamos a denominar “era moderna” e, por consequência, de indivíduo moderno”. (p.23).

Autora considera que fica mais evidente [...] “apenas com a dupla revolução que elas se tornaram centrais na moldagem de um novo mundo comandado pelo triunfo da “indústria capitalista” e da “sociedade burguesa liberal.” (FONTENELLE,2017, p. 23)”.

Por outro lado, que torna a revolução industrial um fenômeno determinante para o advento da cultura do consumo foi em sua ocorrência o contexto que se expandiu a configurar o capitalismo como modo de produção de mercadorias. Ademais em conformidade com Fontenelle, (2017) e Marx, (1988) tal aspecto fica mais irrefutável

por ocasião da segunda revolução industrial, ocorrida nas décadas finais do século XIX, sendo essa que concedeu um aumento de mercadorias fabricadas postas em circulação para consumo individual para apressadamente serem consumidas.

## 5 SONHO SECULAR MIRACEMA TU ÉS HISTÓRIA

*O sonho secular já se realizou  
 Mais um astro brilha dos céus, aos confins  
 Este povo forte  
 Do sofrido Norte  
 Teve melhor sorte  
 Nasce o Tocantins  
 Levanta altaneiro, contempla o futuro  
 Caminha seguro, persegue teus fins  
 Por tua beleza, por tuas riquezas  
 És o Tocantins!*  
 (Trecho do Hino do Tocantins)

Composição: Liberato Costa Póvoa / Abiezer Alves da Rocha

Nesse capítulo iremos tecer a historicidade da formação social e econômica do município de Miracema do Tocantins, analisamos os impactos que a cidade vivenciou e como as transformações afetaram a sua territorialidade e a população urbana, rural, povos tradicionais e os povos indígenas.

Vale recordar que, o Estado do Tocantins – antigo norte goiano deve sua gênese atrelada aos franceses e portugueses com a exploração dos sertões do Tocantins, depois de estarem instalados no Maranhão. Ressalta-se que, após a descoberta do rio Tocantins pela foz, o qual era um dos caminhos para exploração da região onde hoje é o Estado do Tocantins.

O Tocantins, sendo o mais novo Estado brasileiro, tendo a sua instalação em 1º de janeiro de 1989, emancipado de Goiás<sup>25</sup>. Que por sua vez foi marcado pela luta

---

<sup>25</sup> O norte de Goiás deu origem ao atual Estado do Tocantins. Segundo o historiador Parente (1999), esta região foi interpretada sob três versões. Inicialmente, norte de Goiás foi denominativo atribuído somente à localização geográfica dentro da região das Minas dos Goyazes na época dos descobrimentos auríferos no século XVIII. Com referência ao aspecto geográfico, essa denominação perdeu por mais de dois séculos, até a divisão do Estado de Goiás, quando a região norte passa a ser o Estado do Tocantins.

Num segundo momento, com a descoberta de grandes minas na região, o norte de Goiás passou a ser conhecido como uma das áreas que mais produziam ouro na capitania. Esta constatação despertou o temor ao contrabando que acabou fomentando um arrocho fiscal maior que nas outras áreas

na busca de autonomia política do norte goiano. Em vista disso, após a criação do Estado sendo empossado o governador, José Wilson Siqueira Campos, o vice, Darci Martins Coelho, os senadores Moisés Abrão Neto, Carlos Patrocínio e Antônio Luiz Maya, juntamente com oito deputados federais e 24 estaduais.

É essencial reconhecer esse período já que, a cidade de Miracema do Tocantins, localizada na região central do Estado, foi escolhida como Capital provisória, entre 1 de janeiro de 1989 a 31 de dezembro do referido ano. Desse modo, cabe compreender, todo o processo de formação da cidade, como também, sua relação com a política de alimentação tão relevante para o desenvolvimento das leis políticas sociais.

Inicialmente, cumpre nos frisar que o Padre Cícero José Souza que escreveu a obra 'Luzes e Sombra' no ano de 2004 retratou toda a história de Miracema do Tocantins; assim sendo, sua obra certamente detém grande relevância sócio-histórica para que possamos descrever como ocorreu a emancipação do Município, em um trecho no livro Souza escreveu: "Miracema tem passado por momentos de fracasso e glórias".

Diante desse exposto, a obra de Souza buscou contextualizar conjuntamente a historicidade da formação da cidade Miracema do Tocantins. Faz-se oportuno esclarecer, que a cidade já passou por mudança em seu nome de Bela Vista, Xerente, Miracema do Norte e, por conseguinte Miracema do Tocantins.

Tomando tal afirmação de Souza (2004), que consta na enciclopédia dos municípios brasileiros, o primeiro habitante em Miracema aproximadamente no ano de 1922, foi Pedro Praxedes, que fixou sua residência no porto da cidade; onde se localiza atualmente a orla do rio / Ponto de Apoio. Na contemplação do lugar, a sua paisagem e beleza deu-lhe o nome de Bela Vista. Assim, desenvolveu atividade da exploração de cana-de-açúcar. É importante salientar, neste local hoje encontra-se o Colégio Tocantins-das Irmãs da Assunção.

A princípio, o distrito de Bela Vista que foi instalado, em 12 de novembro de 1934, criado no território que hoje é atual Miracema, não era sede distrital, em vista que pertencia ao terceiro Distrito de Lajeado, sendo sua sede em Santa Maria do Araguaia, atual cidade de Araguacema do Tocantins. Este Distrito nos anos de 1980

---

mineradoras. Por último, o norte de Goiás passou a ser visto, após a queda da mineração, como sinônimo de atraso econômico e involução social, gerador de um quadro de pobreza para a maior parte da população. Disponível:< <https://www.to.gov.br/secult/b-norte-de-goias/4df4iesb267>.

a cidade já então denominada Miracema do Norte passou por uma catastrófica enchente que destruiu, em torno de 500 casas da cidade, devido fragilidade das paredes das casas que tinha como material de adobe<sup>26</sup> o nível do rio Tocantins alcançou o nível tão alto que a cidade ficou devastada.

Ademais, se já não bastasse ser atingida por uma enchente em fevereiro de 1980 que devastou a cidade, ela sofreu divisão de municípios em seu território, para os outros municípios de: Rio dos Bois; Miranorte; Barrolândia; Monte Santo; Divinópolis e Marianópolis. Por conseguinte, a cidade tem a sua localização a margem esquerda do rio, ficando com terreno mais pobre e arenoso.

Nessa perspectiva o documentário 'Memória Viva de Miracema' (2015), retrata diversas fases importantes da história de Miracema, contendo entrevistas com moradores residentes desde a década de 1990. E nesse sentido, conforme o documentário em sete de dezembro de 1988, após uma grande disputa entre as cidades de Araguaína no Norte e Gurupi ao sul Miracema foi escolhida como capital provisória do novo Estado do Tocantins. A notícia deixou todos os moradores frenéticos, a cidade expandiu seu território com a construção de novas casas, o progresso chegou com muita euforia, com uma legião de investidores aventureiros, a cidade se transformou em um verdadeiro formigueiro humano.

No entanto, Miracema, sofreu o impacto da saída\transferência da capital no dia 31 de dezembro de 1989. E assim, de forma repentina, a alegria se transformou em tristeza quando a capital definitiva, Palmas, foi inaugurada em 20 de maio de 1989. Todos os órgãos oficiais foram transferidos e diante disso a população expressava que “a Capital e o capital foram embora de Miracema”. A população desolada em vista que todos os comerciantes que possuíam condições de acompanhar o progresso da nova capital migraram. Uma vez, que diante de tal realidade permaneceu na cidade quem não conseguiu alcançar o ritmo acelerado; no entanto também aqueles que decidiram ficar e investir na cidade mesmo com a retirada da capital repentina. Miranda (2015), destacar que:

Deixando a cidade em dificuldades socioeconômicas tais como: a falta de emprego e de infraestrutura como asfalto e pontes. Dificuldades que levaram a população de Miracema a trabalhar em diversas áreas. Desta forma as principais atividades econômicas do município são a pecuária, com a criação, principalmente de bovinos, suínos, equinos e muare; a agricultura, com a cultura do arroz, milho, feijão, banana, mandioca e abacaxi; e o setor de

---

<sup>26</sup> Tijolo feito de argila crua, seco ao sol, às vezes acrescido de palha para torná-lo mais resistente.

serviços, que contribui com a maior parcela da renda do município. (MIRANDA, 2015, p.31).

E dessa maneira, diante da nova realidade que foi estabelecida, tornou se eminente os problemas sociais deixados pela época áurea da capital em Miracema. O impacto desta transferência foi enorme, uma vez que a população da cidade teve que superar grandes desafios. Nesse sentido, de acordo Miranda (2015, p.31) “foi a Capital Provisória durante um ano (1989), o que só contribuiu para aumentar os problemas da cidade”.

Assim também, conforme o autor citado “Desencadeando a pressão sobre as terras dos pequenos proprietários, tornando impossível, ante a volúpia dos que detêm o capital, não ceder às essas pressões”. Pois é sabido que antes de ser torna capital provisória, a cidade já possuía muitas terras, e houve a venda de terras de antigos fazendeiros, e ocasionou a troca de novos donos, mas, a concentração das terras continuou. Em vista disso, muitas construções de futuros órgão públicos e privados foram abandonadas, outras permaneceram inacabadas, algumas das casas de moradores cobertas de lonas e palhas e a população por certo tempo permaneceu em escassez.

Para o resgate sócio-histórico dessa mudança de Capital, na galeria da Câmara Municipal de Miracema do Tocantins encontra-se em exposição fragmentos das reportagens do Jornal do Tocantins, de 24 a 30 de janeiro 1989 e outra do dia 03 de setembro de 1995, do repórter Ruy Braga, que destacou, não tem como falar de Miracema se não falar de Américo Vasconcelos. Ele era maranhense, natural da cidade de Carolina, que chegou a Miracema do Tocantins em 1931, e desde aquele distante ano, viveu na cidade, e com 84 anos teve sua primeira reportagem.

Vasconcelos relatou que “os tempos da ditadura eram melhores que os dias atuais”. Ele foi comerciante fazendeiro e vereador por três vezes, uma das quais em Araguacema do Tocantins, quando Miracema ainda não havia se emancipado. Ocupava a presidência da Câmara Municipal e ficou frente à prefeitura de Miracema.

Em determinado trecho da reportagem o entrevistado expressou como se deu o crescimento da cidade:

Foi um crescimento normal, muito rápido para época, mas nunca comparado com crescimento das cidades do referente ano. Faltava transporte, comunicação e o contato com outras cidades era muito demorado, era tudo

no lombo do burro e pelo rio Tocantins até Carolina Maranhão<sup>27</sup>. Vasconcelos (JORNAL DO TOCANTINS, 1989, s/n).

No que se refere, a ditadura militar citada por Vasconcelos que ocorreu entre, 1964 e 1968, o governo ditatorial assumiu o Estado, é que de acordo Netto “[...] ela agora cria as suas estruturas estatais é nesse momento do ciclo autocrático burguês que a ditadura ajusta estruturalmente o Estado de que antes se apossara para a funcionalidade econômica e política do projeto “modernizador”. (2007, p. 41). E assim, em conformidade com autor citado acima a ditadura marcou a memória e a história brasileira está sendo a adequação que integra o aparato dos monopólios ao aparato estatal.

Posteriormente, na reportagem no jornal do Tocantins de 03 de setembro de 1995, Vasconcelos enfatiza: “Quando olho para cidade hoje vejo nela progresso e possibilidades, de que torne um dia uma cidade importante e com muito orgulho o ano de 1989 quando Miracema foi sede do governo do Estado” devido à cidade teve um crescimento acelerado na fase de capital.

Trazendo à tona a realidade de Miracema, Vasconcelos garante que: “apesar do prejuízo que alguns moradores tiveram com a mudança da capital o governador não abandonou Miracema, e jamais faria alguma coisa que prejudicasse propositalmente o município”.

O governador Siquera Campos teve gratidão por ter sido tão bem acolhido em Miracema. Ele gosta da cidade a crise social e econômica e social vivida pela cidade, como uma crise passageira, vivida por toda nação. “O governo não abandonou Miracema, o que tem acontecido é a falta de dinheiro, declara<sup>28</sup> Vasconcelos. (JORNAL DO TOCANTINS, 1995 s/n).

Vale recordar que, o cenário nesse período descrito sobre a cidade revela que houve momentos difíceis. Nesse sentido, observar se que, para algumas pessoas a retirada da capital foi um período difícil de ser superado. Ainda assim, é essencial reconhecer que para outros moradores, a fase ruim (econômica) foi superada. E diante da realidade que foi vivenciada, a aquela parcela da população menos favorecida ficou a própria sorte esfacelada com a mudança.

Sobretudo, a partir do ano de 1998 iniciou a construção da Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães<sup>29</sup> (UHE - Lajeado) e para conhece a edificação da usina iremos

<sup>27</sup> Informação verbal reportagem do jornal do Tocantins de 24 a 30 de 1989.

<sup>28</sup> Informação verbal idem

<sup>29</sup> A Usina Hidrelétrica de Lajeado está situada no Rio Tocantins, no Estado do Tocantins, entre os municípios de Miracema e Lajeado, a 70 km da capital do Estado, Palmas.



nós embasar em Ferreira et.al, 2020 que descreve os processos sociais e situações ocorridas em diferentes espaços durante a construção dela.

A construção da obra iniciou-se em 1º de julho de 1998, e foi concluída em 2002. O lago formado pela usina possui 170 km de extensão e abrange uma área total de 630 km<sup>2</sup>, de profundidade média de 8 metros e banha seis municípios além de Palmas, Porto Nacional, Lajeado, Miracema, Tocantínia, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. Com a entrada em operação em 2001, a Usina promoveu a independência energética do Tocantins e transformou o Estado de importador para exportador de energia elétrica. Na construção da Usina foram utilizados 1.243.074 m<sup>3</sup> de concreto e 61 mil toneladas de aço. (FERREIRA, 2020, p.435).

E assim, durante os anos 1998 a 2002, a população da cidade de Miracema do Tocantins passou a vivenciar uma nova realidade social em sua organização tanto urbana como rural, de modo que houve alteração demográfica do território ambiental e imobiliário em vista que moradores foram removidos da área prestes a ser inundada com a edificação da Usina.

Mas nesse sentido é interessante pensar e refletir o tecido social da cidade de Miracema, durante esses quatro anos de acordo Ferreira, (2020, p.436) destaca que com hidrelétrica “tudo inflacionou o mercado imobiliário nas proximidades das suas instalações, devido à grande procura houve uma majoração nos preços do setor imobiliário. E diante disso, oito mil pessoas vieram morar na região somente em função da construção da hidrelétrica”. É interessante observar, na literatura disposta que construção gerou grandes boatos otimistas como negativos para as duas cidades como também nas circunvizinhas.

Diante do exposto, de acordo Araújo (2016) destacar como a instalação de uma usina hidrelétrica possui fases e afeta os moradores. Autora citada, aponta como a construção de grandes projetos:

“envolve atores, interesses e pontos de vista diversos. Tudo isso é necessário para lidar com realidades diversas, considerando os impactos que demandam alternativas de mitigação e compensação das interferências ocorridas”. (ARAÚJO, 2016, p.16)

Ademais, não somente o município de Miracema saiu-se afetado em relação a edificação da hidrelétrica, incluímos Lajeado e Tocantínia e as aldeias dos povos indígenas a margens direita do rio Tocantins. Para este estudo, iremos contextualizar, os rebatimentos no que se refere aos povos indígenas que as aldeias ficam localizadas no município de Tocantínia.

O município de Tocantínia está situado a aproximadamente 84Km da capital Palmas, com população de 7.459 pessoas e densidade demográfica de 2,86 habitantes por Km<sup>2</sup> e uma média de 3,72 moradores por residência de acordo (IBGE, 2022). Em conformidade com Moura, et al. (2024) a colonização da região originou por volta de 1860 com a chegada do Padre Frei Antônio de Ganges, com propósito de explorar a região e catequizar os índios Xerentes, permanecendo por aqui durante 40 anos.

Diante disso, conforme Moura, et al. (2024) o primeiro nome dado a cidade foi Tereza Cristina, em homenagem a então Imperatriz do Brasil, esposa de D. Pedro II, posteriormente sendo substituído por Piabanha, devido a existência de um ribeirão com este nome. (p.366). Em 1936, a cidade recebeu o nome de Tocantínia por iniciativa do Deputado João de Abreu, em incitação ao Rio Tocantins. Sendo assim, emancipada em 07 de outubro de 1953, desmembrando a sua ligação com o município de Pedro Afonso, assim dispondo da sua autonomia política.

É sabido, que o Estado do Tocantins desde a sua fundação, em 1988, passou a ser foco das atenções regionais e nacionais de acordo com Araújo, (2016) em razão, à sua localização estratégica para o — desenvolvimento econômico. A contar desse momento, o território Akwẽ vive o peso dos efeitos advindos da expansão desenvolvimentista, ou seja, na contemporaneidade rodeado de projetos incitados pelos governos federal e estadual, em parceria com a iniciativa privada.

Assim, de acordo autora descrita, acima empreendimentos, como a Hidrovia Araguaia-Tocantins, poderão alterar drasticamente o seu entorno, assim como a Hidrelétrica do Lajeado, em funcionamento desde 2001, que, além de modificar o entorno, afetou a ictiofauna e o cerrado, onde está situado o território indígena Xerente. Compreender, que o cerrado brasileiro é conhecido por ser uma região com vantajoso potencial e ampliação da fronteira agrícola, que reuni um conjunto de qualidades primordiais para a manufatura de grãos (grandes extensões de terras férteis e planas e com grande potencial hidrográfico) e é considerada uma localização geográfica excepcional.

## 5.1 Análise dos Planos de Governo de Miracema em relação a Políticas direcionadas a alimentação: transição do período da capital a contemporaneidade

*O teu reino e o rio soberano,  
Que fizeste as praias pra ti.  
Miracema tu és a história,  
Tocantins tu nasceste aqui.*

*As palmeiras também batem palmas,  
Testemunhas da tua conquista,  
Recordando teu nome outrora,  
Quando era chamada bela vista.*

*Miracema<sup>30</sup> tu foste o berço,  
Uma estrela no cenário nacional,  
Pra alegria de todos os seus filhos,  
Sediaste a primeira capital.*

Assim é primordial contextualizar as propostas de governo, no município de Miracema do Tocantins, as informações foram extraídas da Justiça Eleitoral em sua página<sup>31</sup> “Plataforma Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais”. Sendo assim, seu principal objetivo é apresentar as informações detalhadas sobre todas as pessoas que pediram registro de candidatura, como também, registro à justiça eleitoral, sobre as suas contas e as dos partidos políticos. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral - TSE, e Andrade, (2023), o foco da plataforma é oferecer aos eleitores a total transparência dos dados e torna lós disponíveis para a transparência pública.

Em um processo eleitoral no Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é o órgão responsável por tal procedimento. Com o objetivo de dar publicidade e transparência a atividade política, criou-se o site Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Nele são publicadas, entre outros documentos, as propostas de governo dos candidatos a diferentes cargos públicos, como é o caso de prefeitos. (ANDRADE, 2023, p.3).

<sup>30</sup> Trecho do hino de Miracema do Tocantins, setembro de 1998 - Letra/Música: Padre Cícero e Mineiro

<sup>31</sup> Disponível em: <https://divulgacandocontas.tse.jus.br/divulga/#/home>. acesso em 27 de setembro de 2024.

Importa destacar que, nesse aspecto analisamos as propostas, entre os anos de 2013 e 2024, em vista que planos anteriores não constam na plataforma acessada como também não possuem arquivos na câmara municipal da cidade, os candidatos a prefeito que se lançaram e consequentemente, eleitos. A saber, de forma distinta cada candidato em seus planos apresentou sugestões para comunidade, no que se referem à alimentação tais como: o estímulo à agricultura; melhoria da alimentação e a merenda escolar.

Em relação aos prefeitos anteriores, infelizmente na Câmara Municipal de Miracema, não se encontram registradas ações, planos, projetos e programas que tratem da Política de Alimentação. Todavia, registra-se que sempre as escolas públicas estaduais e municipais implementaram a merenda escolar; que de acordo com a caracterização da cidade sempre houve a agricultura família e o abastecimento das feiras livres por meio dos agricultores e camponeses locais.

Na contemporaneidade, no que tange à gestão de 2013 a 2016, a candidata em sua proposta pretendeu realizar uma única ação a qual foi fomentar e implementar o desenvolvimento das atividades agrícolas, hídricas e do campo como estímulo à agricultura; fortalecimento da agropecuária; incentivo à apicultura e a pesca.

Em relação ao candidato eleito para gestão entre os anos de 2017 e 2019 na sua proposta de governo elencou a criação do 'Banco do Povo' no município, sendo o mesmo uma instituição comunitária de crédito que tinha o objetivo de multiplicar os investimentos em atividades absorvedoras de mão de obra, os quais estão inclusos: artesanato, granjas, hortas, padarias, doces caseiros, criação de pequenos animais e outras.

Além disso, na educação suas ações estavam voltadas para a garantia da merenda escolar de qualidade, em todas as escolas, todos os dias do ano letivo, bem como, priorizar o aproveitamento dos alimentos produzidos nas agriculturas familiares do município.

No que se refere às estratégias direcionadas a agricultura pretendeu-se buscar incentivo à pequena produção agropecuária, com apoio à formação de agroindústrias e estímulo à fruticultura e a piscicultura; assim como, a assistência técnica aos pequenos produtores na busca pelo barateamento de custos e a melhoria na qualidade dos produtos e ao respeito ao meio-ambiente. Também ocorreu a realização de programas de construção de açudes e abastecimento de água, por via de poços artesianos, nas áreas secas, assentamentos e regiões circunvizinhas.

Acrescenta-se o apoio à comercialização dos produtos locais e contato direto entre produtores e consumidores, como também, implantar projetos de agricultura familiar, de tal modo a observar aptidão natural de cada microrregião, e diante disso, implantar o plano e o programas de piscicultura no sistema tanque-rede no lago na hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães.

Ao observar o plano da gestão de 2020 a 2024 da atual gestão no que tange a alimentação, a gestora apresentou a reforma, ampliação e revitalização das feiras livres, implantação do Mercado Municipal, e implementação / ampliação do sistema de certificação dos produtos locais. Na estratégia que se refere à educação, a proposta foi o investimento na melhoria da alimentação escolar e na qualidade da merenda.

Um aspecto relevante foi a adesão do município ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar- (SUSAF<sup>32</sup> TO), artesanal e de Pequeno Porte. Para tanto, a regulamentação do selo a exigência é que a agroindústria esteja inserida no Sistema de Inspeção Municipal-SIM.

Como vantagens do Sistema de Inspeção Municipal-SIM, podemos citar às seguintes estratégias: 1) incentivar as pequenas indústrias e empreendedores de produtos de origem animal a saírem da clandestinidade; 2) transformar pequenos produtores em empresários da área rural e urbana; 3) orientar tecnicamente sobre instalações e desenvolvimento das pequenas agroindústrias; 4) emitir o Selo Oficial, que é a certificação de que o produtor segue padrões de qualidade e, 5) para o consumidor, é a garantia de um produto seguro ao consumo.

Em última análise, em relação à gestão 2025 a 2029 o plano da candidata eleita, relacionado desenvolvimento econômico do município parte primordialmente, do fomento ao comércio, valorização dos micros, pequenos e médios, parcerias com instituições de crédito e de fomento, para o fortalecimento do comércio, assim como, a priorização de compras públicas no comércio local.

Portanto, o plano aponta que a gestora na educação evidencia mais investimento na qualidade da alimentação escolar, o fortalecimento das políticas de incentivo à produção e à agroindústria local; e incentivo ao cooperativismo e o festival

---

<sup>32</sup> O SUSAF foi criado por lei em 2013 e regulamentado em 2020. O programa é destinado especialmente à agroindústria familiar e às de pequeno porte. A exigência é que elas estejam registradas no Sistema de Inspeção Municipal (SIM). O selo pode ser concedido aos municípios ou consórcios intermunicipais que apresentem como atribuição o serviço de inspeção e que ele seja estruturado, garantindo que o produto é de qualidade.

gastronômico como também a implementação de programas de apoio aos produtores rurais e à agricultura familiar com capacitação e profissionalização, e disponibilização de implementos agrícolas para fomentar a produção.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação trouxe o debate sobre alimentação como um direito fundamental e universal do ser, uma vez que o acesso permanente aos alimentos é uma condição fundamental para vida de todos as pessoas e um direito humano que perpassa várias políticas sociais. Diante disso, para esse estudo foi necessário e relevante à discussão sobre alimentação como uma necessidade básica e material de sobrevivência. Como todo estudo e pesquisa as dificuldades são oriundas do processo de construção dele. Porém, para o acadêmico esse processo deve ser confrontado e percorrido.

Foi um passo, desafiador construir e realizar este estudo no que se refere à alimentação, tendo em vista que, na literatura do serviço social podemos dizer que chega se moderada e insuficiente dissertações e teses acerca do assunto e proposta deste. Por outro lado, em articular a luz da teoria às políticas sociais a alimentação como direito e segurança alimentar, capitalismo e consumo ao contexto histórico da cidade de Miracema do Tocantins. Não obstante a obscuridade em acervo histórico do município, em vista que a cidade não possui, no entanto, o modesto material que se encontra na câmara municipal da cidade, foi de cunho relevante para contextualizarmos juntamente com os documentários e livros que têm sobre a historicidade.

É preciso compreender conforme (GUERRA, 2009.p.7) “que o conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que é e o processo de como chegou a ser o que é”. Na produção da pesquisa, a dinâmica do objeto e a sua estruturação está condicionada a hipótese, nesse sentido, o pesquisador terá a percepção e o intuito para a construção do conhecimento da estrutura do objeto.

A abordagem é relevante e traz a cena a discussão, sobretudo, no que se refere à segurança alimentar, tendo em vista que em 2023 posterior a Conferência de Assistência Social, e a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizadas em Brasília (DF), o CFESS e a categoria de Assistentes Sociais estiveram presentes, clamando: “a gente quer segurança e soberania alimentar!”. Nesse sentido, é relevante pensar a segurança alimentar e soberania alimentar sendo o direito à alimentação que estão imbricados na realidade social.

Nesse sentido, o Serviço Social sendo uma profissão com caráter interventivo terá que se apropriar da instrumentalidade e capacidade para apreensão do objeto juntamente com as expressões ligadas a insegurança alimentar, direito alimentação adequada e o acesso as políticas sociais que permeiam a alimentação. Tendo em vista que a importância da alimentação saudável como direito fundamental para todos, independentemente da cultura, nacionalidade, raça, da etnia, da condição social, religiosa e de inserção para o trabalho, dentre outras.

Verificou-se com a evolução da ciência no âmbito das pesquisas ligadas à saúde, um aumento expressivo na expectativa de vida da população, devido serem as formas e práticas saudáveis de alimentação como um dos determinantes para longevidade. Pensando nas formas de alimentação da população, buscamos no estudo tendo objetivo geral analisar a alimentação adequada como um direito humano articulada com foco nas políticas públicas Saúde Assistência Social e Educação. Já os objetivos específicos foram demonstrar as articulações entre a alimentação saudável e as políticas públicas; verificar o direito à alimentação saudável e seus desdobramentos sócio-históricos na sociedade capitalista e apreender a transformação entre o valor de uso e de troca da alimentação e seus rebatimentos para vida em sociedade.

A pesquisa como um trabalho dissertativo e tenso, traz e incorpora consigo desafios, podemos ressaltar que ela não se define acessível ou descomplicada, no entanto, a investigação irá conceder ao interessado pesquisador na academia a metodologia e o progresso ao conhecimento mais vasto, através de leituras e reflexões, e observação da realidade social para que assim possa se alcançar o resultado de um processo articulado. Uma vez que, fazer pesquisar é construir um novo conhecimento e nesse sentido embasado pelo pensamento de (ROCHA, apud CFESS, 2009. p.2) que evidencia sendo uma “[...] aventura tão apaixonante quanto desafiadora e, para realiza- lá, não se dispõe de receitas. Fazer, pesquisa exigir atentar ao seu próprio processo de desenvolvimento, pois, por todo o tempo há necessidade de proceder a escolhas e tomar decisões”.

A partir das leituras percebe-se que o Estado com a sua função pública na sociedade capitalista estabelece a perspectiva de bem-estar social por via das políticas sociais, e assegura direitos contidos na Constituição Federal de 1988 no que se refere às políticas de Assistência Social e as Políticas de Saúde e Previdência



Social como também as políticas de Educação e Habitação que compõem de forma intersectorial a configuração das políticas públicas.

No presente estudo buscamos a reflexão sobre alimentação como um direito fundamental e universal do ser humano. Contextualizamos a Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN) Lei n. 11.346 de 15 de setembro de 2006, que definiu a segurança alimentar e nutricional com o objetivo de materializar o direito humano. Assim se fez necessário explorar as políticas que desempenham um papel significativo de forma articulada a intersectorialidade e a transversalidade. Contudo importa destacar que alimentação insere nesse contexto como uma garantia de direito legal estabelecido nos princípios constitucionais bem como, que esse esteja garantido.

Considerando, a Política Nacional de Assistência Social sendo um direito do cidadão e dever do Estado; bem como apresentamos o ambiente familiar, e a relação entre proteção social e alimentação. Fez-se necessário, ressaltar que a mesma, em seu desenho trouxe a importância do papel na conjuntura social como central para concepção e implementação dos benefícios, programas, projetos e serviços; e os desafios para reconhecer e potencializar os papéis familiares.

Para a (PNAS, 2004, p.34.) deve-se “Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária”. Assim sendo, que a família possui atribuições a prover a proteção e socialização dos seus membros. No que tange, as famílias de acordo Rodrigues e Rodrigues (2025) na obra *A área sociojurídica e o Serviço Social* apontam que desde a gênese da profissão de Serviço Social no Brasil, a abordagem está imbricada a profissão, “[...]inclusive na contemporaneidade no enfoque inserida no contexto das políticas sociais, reconhecendo a família como sujeito importante para a consolidação dos direitos, além de ser um espaço de cuidado [...]”.

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988; como também, cabe frisar sua intrínseca relação com o direito alimentação saudável que é indispensável, sendo ambos direitos consagrados na Lei Magna, devendo o poder público adotar políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população e sua intersectorialidade com as demais políticas públicas.

E é nesse contexto, de acordo Rodrigues e Rodrigues, (2025), assim pode-se assegurar que a família está condicionada as transformações sociais históricas que

ocorrem na sociedade, sendo um produto das transições e relações e que a família expressa o estado da organização e desenvolvimento da própria sociedade.

Cabe então elucidar que, em seus objetivos a política visa o enfrentamento das desigualdades, e realizar de forma integrada com as políticas setoriais a garantia dos mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências societárias e prover a universalização. A seguridade social não se tornou equânime e o direito humano a alimentação e à nutrição saudável, previstos em instrumentos legais, não se materializa pelo princípio da universalidade, mas, da necessidade.

Fez se necessário a discussão dos benefícios eventuais que são provisões da política de Assistência Social sendo destinadas à proteção de indivíduos e famílias que visam o enfrentamento de uma vulnerabilidade social de caráter eventual. É importante salientar porque eles estão previstos na Lei Orgânica de Assistência Social é ofertado e assegurado pelo art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Nesse processo de estudo no que tange as Políticas de Saúde contextualizamos o caráter universal e abrangência dessas evidenciando no que se refere alimentação, estas se dividem em subpolíticas a pesquisa centrou a uma abordagem analítica sócio-histórica. É imprescindível reconhecer os avanços obtidos ao longo de toda a trajetória do sistema único de saúde, na formação social brasileira sendo esta política uma das que compõe o arranjo do conjunto das políticas as quais traçaram transformações significativas na vida dos trabalhadores usuários do sistema.

Nesse sentido, diante disso do movimento operário e na acessão do modo econômico as desigualdades sociais particularizam a formação social no Brasil, construindo o moderno por arcaico, ou seja, traz com sigo elementos que são históricos coloniais e patrimonialistas, o novo surge como desdobramento do velho. “[...] O novo surge pela mediação do passado, transformando e recriado em novas formas nos processos sociais do presente [...]” (IAMAMOTO, 2008. p.128).

Considerando, também os rebatimentos do modo de produção capitalista irão afetar diretamente a saúde dos trabalhadores. Assim com o surgimento das indústrias, a questão a saúde aparece como reivindicação do movimento operário na eminência da economia capitalista exportadora cafeeira, demonstrando o avanço da divisão do trabalho assalariado, colocando em evidência as questões de higiene e saúde do trabalhador.

No que se refere ao Brasil em seu modo de produção de acordo lamamoto (2008, p.30.) “[...]”. O capitalismo no Brasil passou por uma transição passando de

capitalismo competitivo para monopolista, essa expansão fez com que a forma de dominação fosse política, no qual o Estado deveria realizar papel decisivo na sociedade, no entanto mesmo está condicionado aos ditames do mercado.

Ao realizamos o debate acerca das políticas sociais e suas configurações na sociedade capitalista de acordo Brettas (2020, p.29) educação e saúde atuam dentro da esfera social como mercadorias. Evidenciando que “[...] A venda da educação e saúde é de certa forma para empresas a produção de lucros”.

Assim, de fato deve ser ressaltada às mudanças no mundo do trabalho e na conjuntura devido ao neoliberalismo, uma vez que algumas políticas se tornaram focalizadas, como a assistência social, e ela é prestada a quem dela necessitar independentemente de contribuição, mas tendo como limite até dois salários-mínimos.

Ao decorrer desta pesquisa contextualizamos os avanços do Programa Nacional Alimentação Escolar PNAE e o arranjo que o norteia, pode se dizer que, ao longo de toda sua trajetória o programa se fortaleceu e obteve concretude em sua operacionalização. Concluímos nosso estudo de acordo Paula (et al 2023) explicando que o PNAE é um importante instrumento de elevação de renda para a agricultura familiar, configurando-se como componente importante de uma estratégia de desenvolvimento local. (2023, p.5)

Assim, levando em consideração que, a partir dos estudos e de acordo com os autores citados acima, o programa buscou não só à melhoria da qualidade nutricional das refeições da merenda escolar, como também a inclusão dos agricultores familiares. Percebe-se por meio da operacionalização do programa e das organizações coletivas, os agricultores e familiares foram historicamente excluídos ao longo das décadas. E diante, da análise e resgate sócio-histórico e de acordo com Paula et al (2023) estes sujeitos padeceram em um mercado dominado por empresas alimentícias e cooperativas agropecuárias de maior porte, de modo que atividade de pequeno produtor não havia políticas públicas especificar para o desenvolvimento da produção rural.

Ademais, é importante deixar claro para que ocorra a inserção desse público, a lei que rege de nº 11.947/2009 realizou algumas alterações no processo de compra. Mudanças às quais houve a dispensa de licitação, substituída por um instrumento de chamada pública mais simplificada. Assim, facilita para os agricultores familiares dentro da sua localidade territorial a inclusão da venda dos alimentos.

A rigor, é relevante destacar que ao contextualizarmos toda a historicidade do município de Miracema do Tocantins de fato observamos que a cidade, em sua conjuntura e organização social atravessou diversas impugnações, desde a sua criação. De igual modo, observamos como o tecido social da cidade foi comprimido em todas as esferas.

Levando em conta que, a população que possuía um menor poder aquisitivo sofreu e viveu anos inseridos em um cenário de desolação. Assim, a cidade engendrada em vários acontecimentos que marcaram sua história, que vão de desastre ambiental, disputa por territorialidade e transferência repentina de sede. E dando importância a tais desígnios, podemos dizer que estes foram relevantes na transformação da sua formação social econômica e cultural.

Com baixo desempenho econômico que foi afetado, por uma enchente que ocorreu na década de 1980 que devastou a cidade. Assim, até então os cidadãos dela testemunharam a retirada do título de capital provisória de forma súbita. A convicção que temos pela literatura e documentários os quais tivemos acesso é evidente que os moradores mais suscetíveis foram os que necessitaram de doações de alimentos durante os anos de 1980 a 1994 após tão intensos impactos que o município sofreu.

Nesse sentido, discorreremos então a vista de todo esse estudo dentro do sólido referencial teórico consultado e explorado a cidade viveu momentos de intensa estagnação, por outro lado diante de tudo isso podemos dizer, de ascensão pois, assim, durante os anos 1998 a 2002, a população da cidade de Miracema do Tocantins passou a vivenciar uma nova realidade social com a edificação da Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, sendo está a qual fica situada a margem esquerda do rio Tocantins, coerente é essencial frisar a conversão em sua organização tanto urbana como rural. Uma vez, que a população ribeirinha consequentemente sofreu o impacto ambiental com a construção da hidrelétrica.

É inquestionável, que o modo de produção capitalista em suas grandes transformações na sociedade irá impactar diretamente a classe trabalhadora. Nesse sentido, podemos refletir o quanto foi afetada o modo de vida dos ribeirinhos e pequenos agricultores que viviam as margens do rio Tocantins, além do mais não podemos deixar passar despercebido os povos indígenas da etnia xerente que vivem as margens do rio o quanto foram afetados.

Essa abordagem faz se necessária, em vista que para a categoria profissional o CFEEES Manifesta em sua edição em 5 de junho de 2024 nós traz a cena que de fato, “Questão ambiental, Assistentes Sociais e os desafios humanitários” requerem a mobilização coletiva de toda a classe, incluindo o Serviço Social.

Assim, de acordo o CFESS, (2024) formas de “relação com a natureza estabelecidas por povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras e tantas outras são radicalmente diferentes de como o capital o faz”. É assim é relevante, refletir sob uma perspectiva social compreende-se quer é importante diante disso, “Não por acaso, é nos seus territórios onde ainda é possível encontrar ar puro, fontes de água e uma imensa biodiversidade. É por isso que estes povos se tornaram os principais alvos dos processos de expropriação contemporânea do capital”.

Essa mudança repentina quer esfacelar e transformar a vida desses povos, ribeirinhos e pequenos agricultores de acordo o Manifesta do CFESS, (2024) “Chegam também nos serviços de saúde mental e na assistência social [...]”, “pensar que trabalhadores da pesca, por vezes, desenvolvem um quadro de depressão e ficam em situação de insegurança alimentar com sua família demandando também benefícios eventuais.” (CFESS,2024, p.4).

É no que se refere no caso em tela, pensar nessa ótica a previdência social, quando um(a) agricultor(a) pode vir a passar pelo processo de adoecimento em razão da exposição aos agrotóxicos, é quanto necessita requerer o auxílio-doença. Nesse contexto, faz se importante pensar o acesso dessas populações aos direitos previstos nas políticas urbanas.

Neste estudo buscamos, de forma analítica o aprofundamento teórico no que se refere ao desenvolvimento da cidade de Miracema do Tocantins e dentro desse lapso na pesquisa realizamos a observação das duas feiras que possui na cidade, uma vez, que Miracema conta com duas feiras uma na então denominada pela população local, na cidade baixa como a outra na cidade alta. O segundo elemento, refere se as propostas e os planos dos gestores, sendo primordial elenca, no sentido de explicitar as ações para o desenvolvimento da produção dos pequenos agricultores da agricultura familiar.

Assim para essa discussão é essencial recordar, em relação a população ribeirinha as margens do rio Tocantins um dado relevante a se considerar é que a cidade possuía, um mercado municipal nas décadas de 1980 a 1990 que era situado

na avenida 1º de janeiro, onde atualmente é localizado o Mira shopping. Neste mercado se realizava a feira a qual era vasta em alimentos advindos na sua maioria dos vazanteiros e ribeirinhos do próprio município onde neste era comercializado verduras frescas especiarias carnes e tantos outros.

É interessante que atualmente os feirantes que comercializam os produtos a grande maioria, são de outras cidades vizinhas como Barrolândia e Miranorte. Entre os produtos que são vendidos podemos encontrar farinhas, feijão, hortaliças, leite mandioca, milho, queijos, temperos prontos, esses são alguns dos mantimentos que ficam em exposição. Em relação às carnes que são vendidas nos açougues são bovinas, suína e peixes; bem como em alguns comerciantes encontramos a venda de galinhas caipiras.

Essa intrínseca relação dos produtores de outras cidades comercializarem seus produtos nas feiras em Miracema é um ponto a se considera, nesse sentido, podemos traçar que uma das hipóteses possa se a quantidade produzida dos moradores locais. Mesmo não sendo diretamente um de nossos objetivos, esse fenômeno nos chamou atenção.

E nesse sentido, foi necessário buscar informações e realizar entrevista informal, assim, averiguamos por meio de ofício com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS que é o órgão oficial de assistência técnica e extensão rural do Estado, o qual é o responsável a executa a prestação de serviços ao público da agricultura familiar e fornece o apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Estado. Assim, autarquia forneceu as informações anual relevantes das ações desenvolvidas no município de Miracema do Tocantins no ano de 2024, elencamos e destacamos algumas das várias atividades desenvolvidas.

De acordo, com autarquia entre os programas e atividades estão o crédito rural, as compras institucionais que são do âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sendo o programa uma modalidade da junção dos órgãos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, adquiram alimentos da agricultura familiar, sem o uso de licitação, para atender a demandas de consumo em locais como hospitais, escolas e creches.

Ainda, de acordo com RURALTINS em 2024 o instituto realizou ações relevantes especificamente no município de Miracema do Tocantins, direcionadas sobretudo ao fortalecimento da agricultura familiar. Na série de atividades desenvolvidas entre elas no primeiro semestre do referido ano está a compra de 12

mil toneladas de alimentos, que foram adquiridos em parceria com a prefeitura de Miracema, provento mais de 5 mil pessoas no município. Sendo relevante destacar a Reunião de Planejamento Institucional realizada em 28 de fevereiro de 2024, na Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Miracema (ACIAM), onde reuniu chefes das unidades regionais, diretores e gerentes para planejar as ações do ano de 2024.

É importante destacar que de acordo o IBGE (2023), Miracema é uma cidade que tem produção agrícola, agropecuária e de aquicultura, para o desenvolvimento econômico do município, sendo essas atividades caracterizadas em permanentes e temporárias. Nesse aspecto, cumpre frisar que na análise dos dados que permanente que tem como produção bananas, milho soja, bovinos, leite mel de abelhas e suínos. No que se refere a lavouras temporárias de acordo o censo estão abacaxi, arroz feijão mandioca e melancia.

É para compreender o modo de produção e econômico local é importante observar que de acordo o IBGE , a área da unidade territorial do município é de 2.663,745km<sup>2</sup> e no que se refere o trabalho é rendimento – salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2022 no último censo era de 2.100 salários e que o percentual da população , com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo em 2010, no que tange pessoal ocupado em 2022 - 2.671 14,39% da população, a qual tem em seu total 18.566 pessoas com estimativa em 2024 de 18.787.

Diante disso, refleti sob a perspectiva de vida e social da população no que se refere alimentação é essencial, pensar qual é o tipo de alimentos que a população da cidade de Miracema consome, vale tecer algumas reflexões se a predominância dos alimentos que chegam à mesa dos miracemenses são em maior quantidade industrializados e ultra processados. Assim, se faz necessário destacar que o valor do salário-mínimo no Brasil é de 1518, a partir da análise efetuada pelo último censo a renda dos trabalhadores formais era de 2.100 salários.

É sabido que o modo de produção capitalista altera as formas dos alimentos, quando no referimos a comida, que é o alimento processado para comer, ele pode ser ou não uma mercadoria. Todavia quando a comida é o alimento processado para comer ele pode adquirir o valor de uso como também o valor de troca.

Os alimentos, acrescentam significados que determinado tipo de comida, que as pessoas têm acesso e o meios de condição para adquirir, irá separar

economicamente as pessoas dentro da sociedade. Assim, nesse cenário e pensando do modo de vida da população de Miracema, no que se refere a alimentação e consumo associado ao número de feiras são duas e supermercados os quais são em torno de vinte que a cidade possui e em sua maioria todos possui a seção de horti fruit, podemos considerar que alimentos orgânicos fazem se presentes nesses estabelecimentos semanalmente. É possível, considerar se os miracemenses têm acesso, ou não a uma alimentação de qualidade que esteja contida alimentos orgânicos, ao invés do alto consumo de ultra processados e industrializados.

É importante considerar, e refletir sobre o acesso a uma alimentação saudável, e insegurança alimentar. Tendo em vista, que a renda dos moradores irá impactar diretamente na forma e escolhas dos mantimentos. É importante ressaltar, que a volatilidade dos alimentos irá afetar a nutrição consequentemente a qualidade de vida. Nesse contexto, é essencial tecer essas ponderações, no que diz respeito, ao modo e as formas e escolhas alimentação da população do município.

Dessa maneira, averiguamos que não se pode falar somente em alimentação uma vez que, a lei 8080/90 se utiliza, políticas de alimentação e nutrição e isso avançou com a consolidação por meio da Política Nacional de Alimentação e Nutrição no país. Diante, da totalidade do estudo durante a pesquisa no Município de Miracema do Tocantins em relação a execução das políticas da seguridade social compreendemos que é primordial admitir os avanços. Levando em conta a Assistência Social, em sua execução com benefícios eventuais que são provisões de indivíduos e famílias, o Sistema Único de Saúde que opera e se materializar em subpolíticas, nas unidades básicas de saúde e na policlínica e em toda a rede, ademais, o Programa Nacional Merenda Escolar, existente nas escolas. Todavia, o município não possuía adesão ao Sistema Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.



## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, L. B. C., and. GUGELMIN, S. Â. Políticas Públicas em Alimentação e Nutrição Brasil. In: BARROS, D.C., SILVA, D.O., and. GUGELMIN, S. Â., org. **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena** [online]. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 123- 154. ISBN: 978-85-75415870. Available from: doi: 10.7476/9788575415870.007. Also available in e PUB from: Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fyyqb/epub/barros-9788575415870.epub>. Acesso em 10 de jul.de 2024.
- ANDRADE, Rafael Batista. **Diálogo das Letras, Pau dos Ferros**, v. 12, p. 1-16, e 02301, 2023 Uma análise textual-discursiva de propostas de governo para a atuação de estudantes secundaristas em eleições municipais.
- ARAÚJO, Josenice Ferreira dos Santos AA663p **Política de Educação e Educação na Prisão**: a realidade do Estado do Tocantins / Josenice Ferreira dos Santos Araújo; orientador Reginaldo Ghiraldelli. -- Brasília, 2020. 238 p.
- ARAÚJO, Rosemary Negreiros de. **Os Territórios, os modos de vida e as Cosmologias dos Indígenas AKWê** – Xerente, e os impactos da UHE de Lageado) Rosemary Negreiros Araújo-2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. [S.l.]: ABEPSS, Disponível em :><https://www.abepss.org.br/DIRETRIZES-CURRICULARES-D-ABEPSS->. Acesso em 22 de ago. de 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, PESQUISA AGROPECUÁRIA E REGULAÇÃO FUNDIÁRIA (ASBRAER). **Ruraltins - TO e governo do Tocantins planejam ações para 2024 em reunião estratégica**. 04/03/2024 | Assessoria de Comunicação - Ruraltins/TO. Disponível em: <https://www.asbraer.org.br/noticia.html?id=4141&img=4619>. Acesso em 06 de ago.de 2024.
- BARDINI, Adrian Mota; Rosa, Marilane Mendes Cascaes. **Relação Família e Escola**: a Importância para o Sucesso no Processo Ensino-Aprendizagem 2021.
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Política Social**: Fundamentos e história. 9.ed. São Paulo: Cortez,2011. \_\_\_\_ (Biblioteca básica de serviço social; v2)
- BOSCHETTI, Ivanete. **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais: Seguridade Social no Brasil- conquistas e limites a sua efetivação. Lorena Lages. CFESS, 2009.
- BRANDÃO, Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; ACSERALD, Henri et al. (org.). (2010). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais** - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Lamparina. Carlos Brandão.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022.** Panorama Miracema do Tocantins. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível >: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/historico>. Acesso em 16 de set de 2024.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Cidades-(IBGE). **Estados/To/Tocantínia.** Disponível:<<https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 23 de jun. de 2025.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia Estatísticas (IBGE), **Miracema do Tocantins.** Disponível>:<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/miracema-do-tocantins> . Acesso em 26 de maio de 2025.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Benefícios Eventuais** Brasília, DF: MDS, 25 /11.2019 em 27 de junho de 2024.Disponível em:<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/beneficios-eventuais>. Acesso 05 de maio de 2024.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO de - (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto consolidado até Emenda Constitucional nº91.Brasília Senado Federal Coordenação de edições técnicas 2016. Disponível:<<https://www.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/>. Acesso em: 25 de set. de 2023.

BRASIL, **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990.Disponível:<<https://conselho.saude.gov.br/>. Acesso em 01 de maio de 2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS). Brasília: MDS/SNAS,2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e assistência social, Família e combate à fome. **Carta -de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional.** Disponível: >Acesso-a-informação. <https://www.gov.br/mds/pt-br/> >. Acesso em: 24 set.de 2023.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. notícias /2018/**Artigo 25º:Direito Saúde Bem -estar e Segurança.** <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/>: Acesso em: 24 de set.de 2023.

BRASIL, **Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS | SUAS.** Disponível em:<[http://blog.mds.gov.br/redesuas/wpcontent/uploads/2019/07/PNAS\\_2004.pdf](http://blog.mds.gov.br/redesuas/wpcontent/uploads/2019/07/PNAS_2004.pdf).**Acesso em** : Acesso em: 24 de set.de 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. -1. Ed., 1-Reimpressão. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde **Edição-histórica-17a-conferência-nacional-de saúde**. Disponível em: <[https://portal.fiocruz.br/noticia\\_Acesso](https://portal.fiocruz.br/noticia_Acesso) set. de 2023.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023. Brasília** -DF Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/casacivil>. Acesso em 01 de maio de 2024.

BRETTAS, Tatiane. **Capitalismo Dependente, Neoliberalismo e Financeirização das Políticas Sociais no Brasil**. Tatiana Brettas. - Rio de Janeiro: Consequência, 2020.292 p.: il.; 16 x 23 cm.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional/ Ana Elizabete Mota...** [et al], (org.). - 4.ed.-São Paulo: Cortez; Brasília< DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde,2009.

CARVALHO, Gabriele, SANTARELLI, MARIANA. Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Sobre **-O FBSSAN/Histórico**. Disponível em:><https://fbssan.org.br/SOBRE-O-FBSSAN/HISTORICO>. Acesso em 14 de jul de 2024.

CARNUT, Leonardo. GUERRA, Lúcia Dias da Silva. **O capitalismo também mata pela boca: alimentação e crítica marxista**. Desafios contemporâneos para a luta contra a fome e Centro Universitário Anhanguera de São Paulo - CUA, campus Santana, Curso de Nutrição, São Paulo, SP, Brasil.2021;01:002 DEBATE :doi: 10.14295/2764-4979-RC\_CR. v1-e002.

CARNUT, Leonardo. **Formação política em saúde: evidências, reconceituações, desafios e ressignificações**. Sorocaba, SP,2019. programa de estudos pós-graduados em educação nas profissões da saúde repositório PUC-SP - Teses e Dissertações do Programa de Pós-graduação -PUC. Disponível em :<<https://sapientia.pucsp.br/> <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/2265>: Acesso em 04 de out. 2023.

CASTILHO D LEMOS; Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 447-466, set./dez. 2017 447 Crise do capital e desmonte da Seguridade Social.

CELUPPI, I, C. GEREMIA, D, S. FERREIRA, J. PEREIRA, A, M, M. SOUZA, J, B, de Souza. **Saúde em Debate**: Revista do centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Volume 43, número 121. Rio de Janeiro, abr. - jun. 2019 ISSN 0103-1104.

CULTURA. In: **Dicionário Criativo**. Disponível em: <https://dicionariocriativo.com.br>. Acesso em: 29/09/2024.

CRESS-RJ. Conselho Regional Serviço Social, **Assistentes sociais em defesa da segurança e soberania alimentar termina a 6ª conferência nacional**. Brasília (DF), ano: 2023 Disponível em:><https://www.cressrj.org.br/noticias>. Acesso em 14 de maio de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL CFESS. **A Questão Ambiental, Assistentes Sociais e os Desafios Humanitários**. Brasília (DF.), ano:2024. Disponível>:<https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3342/N1ZABXMHYVWXG47LLAUOZT8NBMFXMTY>. Acesso em 23 de maio de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL CFESS. **Teletrabalho e Tele Perícia**: orientações para assistentes sociais. p.18. ano: 2020. Disponível em <https://cfess.org.br/documento/view/6/teletrabalho-e-telepericia-orientacoes-para-assistentes-sociais-no-contexto-da-pandemia>. Acesso em 01 maio de 2024.

FAGUNDES, A A et.al Debate. **Cad. Saúde Pública** 37 (Suppl 1)2021.Disponível em;<https://doi.org/10.1590/0102311X00150220>.<https://www.scielo.br/j/csp/a/Qhb4jbyYRNVF9xT7678f7vJ/>. Acesso em 05 de nov. de 2023.

FERREIRA, IGOR. **Segurança-Alimentar-nos-Domicílios Brasileiros Volta a Crescer em 2023**.PNAD Continua.25 de abril de 2024. Editoria :Estatísticas Sociais. Disponível: ><https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838>.-. Acesso em16 de jul. de 2024.

FERREIRA, Sousa dos Santos. et al. História dos Povos Reassentados da Comunidade Mundo Novo de Miracema do Tocantins. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.16 - 2020.

FERNANDES, Alan Dias. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. **Alimentação como direito social**: trajetórias e práticas do comer no Sesc SP (1947-2000) Mestrado. SÃO PAULO 2023

FONTENELLE, Isleide Arruda. **Cultura do Consumo: Fundamentos e formas Contemporâneas** /Isleide Arruda Fontenelle. \_\_ Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.2020.p.

GOMES JÚNIOR, Newton Narciso. **Segurança alimentar e nutricional como princípio orientador de políticas públicas no marco das necessidades humanas básicas**. 2007. 338 f. Tese (Doutorado em Política Social) -Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Desafios (im) postos ao Serviço social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 447-466, set./dez. 2017. Financeiro e questão social. Cap.2 Capital fetiche, Questão social e Social e Serviço Social \_3ed. São Paulo, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA IPEA. **Fome zero agricultura sustentável**. [https://www.ipea.gov.br/o/ods2.html#coll\\_2\\_2](https://www.ipea.gov.br/o/ods2.html#coll_2_2)> Acesso em: 15 de nov. de 2023.

INVESTCO CIDADES, **UHE Lageado**. ano 2024. Disponível em: Disponível em:  
> <https://investco.com.br/pt-a-usina/uhe-lajeado>. Acesso em 01 de out de 2024.

JÚNIOR, Sampaio; ARRUDA, Plínio. Artigo -Dossiê 228, 18 de julho 2021.  
**Capitalismo e Fome** Disponível:><https://www.comciencia.br/capitalismo-e-fome>.  
Acesso em 14 de julho de 2024.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, e 2 ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1976 :em:><https://www.academia.edu/17852603/dialética-do-concreto>. Acesso em 20 de ago. de 2024.pdf.

LARAIA, Roque de Barros, 1932- 1.331c **Cultura**: uni conceito antropológico / Roque 14. ed. de Barros Laraia. — 14. ed. — Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MALERBA, Julianna. **Bens comuns**. In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri. (Org.) – Novos paradigmas para outro mundo possível. São Paulo: Abong, p. 91-103, 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. 1867 São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Caroline, WFP / **Agenda - Internacional- da- 6 conferências - de – segurança - alimentar - nutricional -20 dezembro dia, alimentar nutricional (CNSAN)** Disponível: ><https://centrodeexcelencia.org.br/>. Acesso em: 07 de jul. de 2024.

MENDES, Áquilas. A saúde pública brasileira no contexto da crise do Estado ou do capitalismo? **Saúde e sociedade**. 2015;24(supl. 1):p.63-78.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Sessões Ordinárias Área 4: **Estados nacionais e políticas sociais**: a economia política do capitalismo contemporâneo O Estado e o Capital e a crise da forma-direito na saúde brasileira.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; SILVA, Marta Campos. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social** (UnB), Brasília, v. 12, n.1, p. 165-190, 2003.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 239p.

MINGOTE, Bianca. Conheça **Josué de Castro Inspiração de- Missão de Combate Fome Lançada na Comissão de-Direitos Humanos**. 11 de março de 2011. Disponível:><https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/03/11/>.: Acesso em 14 de jul. de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Ricardo Ferreira. **Miracema do Tocantins: uma cidade em (des.) construção.** / Ricardo Ferreira Miranda. – Porto Nacional, TO: UFT, 2015.

MOTTA, Athayde. **25 anos com Betinho** – a luta continua. Disponível em: ><https://ibase.br/>. Acesso 07 de jul.de 2024

MOTA, Ana Elizabete. LARA, Ricardo. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.25, n. 3, p. 437-442, set.-dez. 2022 ISSN 1982-0259.Desigualdade, fome e produção de alimentos.

NÚCLEO DE MÍDIA E CONHECIMENTO (Org.) Santa Casa de Curitiba: **Presente para o Futuro.** - Curitiba: Núcleo de Mídia e Conhecimento, 2019.180 p. ISBN: 978-85-69126-06-5 docs., livro pdf. Disponível em: <https://www.nmconhecimento.com.br/>. Acesso em 07de jul de 2024.

OLIVEIRA, Amanda/Governo do Tocantins. **Governo do Tocantins realiza Mutirão do Crédito para agricultores familiares.** 27 /11/2023  
Disponível em:<https://www.to.gov.br/secom/noticias/governo-do-tocantins-realiza-mutirao-do-credito-para-agricultores-familiares/7h15ynmnwabr>  
Acesso em 06 de agos.de 2025.

OLIVEIRA, Anelise Rizzolo. de Comida e aspectos simbólicos na perspectiva de políticas públicas para o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v27, p, e020025, 2020. DOI: 10.20396San. v27i0.8658090.  
Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8658090>. Acesso em 13 jun. 2024.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo de Marx.**1ºed. São Paulo expressão Popular, 2011. p 53,58.

PAULO NETTO, Paulo, J, 1947- **Ditadura e Serviço Social** [livro eletrônico]: uma análise do serviço social no Brasil pós-64 / José Paulo Netto. -- 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2017.

PAULA, Silvio da Rosa. **A Inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar:** impactos na renda e na atividade produtiva / Silvio da Rosa Paula. et al. – Brasília: IPEA, 2023. 38 p.il., gráf. – (Texto para Discussão; 2884). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/ba6beba8-805c-4b1f-9772-d3eb7c76fa38>. Acesso em 10 de jul. de 2024.

PEREIRA, C. P.; YANNOULAS, S. C. (Orgs.). **Anais de Trabalhos Completos do VII Seminário Internacional de Política Social:** Desafios para a Política Social e a Democracia no Capitalismo Tardio: tecnologia, corporações, desinformação e o avanço da direita. Brasília: Universidade de Brasília, DF: Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS, 2024. Capítulo: O papel Social da Mulher Indígena da comunidade Xerente na contemporaneidade. Moura, Margarida de Oliveira Barros; Santos Isaura Sousa Mato; Rodrigues Raimunda Carvalho Lemos.

PELIANO, Anna. Lições da história: avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In: BRASIL. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: MDS, 2010. V. 1.

RODRIGUES, R. C. L.; RODRIGUES, R. M. O. Família e proteção social. In: **A área sociojurídica**, ed.1. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2025, v.1, p. 1 - 176.

SAGA E HISTÓRIA. Américo Vasconcelos **Jornal do Tocantins**, Palmas -TO, 3 a 5 de setembro de 1989, 1 caderno, p.3.

SANTOS, SMC, Ramos FP, Medeiros MAT, Mata MM, Vasconcelos FAG. **Avanços e desafios nos 20 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Caderno de Saúde Pública 2021; 37 Supl 1: e00150220.

SILVA, Marlise, Vinagre. **Código de ética dos profissionais de serviço social**. Brasília, 13 de março de 1993. Publicado no Diário Oficial da União N 60, de 30.03.93, Seção I, páginas 4004 a 4007 e alterado pela Resolução CFESS n.º 290, publicada no Diário Oficial da União de 11.02.94.

SOUZA, C. J. **Miracema do Tocantins** - Sombras e Luzes. Salvador 2004.

SZYMANZKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. 1ª reimpressão. Brasília: Plano Editora, 2003.

TEMPORALIS /Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social Ano .2, n.3(jan./jul.2021). Brasília :ABEPSS, Graffline,2001 88p.**1. Questão Social. 2. Direitos Sociais 3. Serviço Social** –Brasil 4. ABEPSS-história.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, UFT. **Projeto Pedagógico do Programa de Pós-graduação em Serviço Social:**  
Disponível:><https://www.uft.edu.br/campus/miracema/cursos/posgraduacao/mestrado-s-doutorados>. acesso em 30 de jun. de 2024.

VALENTE, Flavio Luiz SCHIECK. Rumo à Realização Plena do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. Artigo originalmente publicado em inglês na **Revista Development** 57 (2), p. 155-170, dezembro de 2014. Traduzido para o português em maio de 2016 para a FIAN Brasil.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura. Palavra Chaves In**, São Paulo: Boitempo, 2007. (p. 117-124).

WOORTAMANN, K. **Hábitos e Tabus Alimentares em populações de baixa renda**. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB; 1978.